



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**



MAYARA MAIA IBIPINA

**PERCEPÇÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: um estudo sobre
pescadores artesanais na Comunidade Pedra do Sal (PI)**

Área de concentração: Processos, atores e desigualdades sociais
Linha de pesquisa: Territorialidades, Sustentabilidades, Ruralidades e Urbanidades
Orientador: Prof. Dr. Samuel Pires Melo

TERESINA
2018

MAYARA MAIA IBIAPINA

**PERCEPÇÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: um estudo sobre
pescadores artesanais na Comunidade Pedra do Sal (PI)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial para Obtenção do título de Mestre em Sociologia. Linha de pesquisa: Territorialidades, Sustentabilidades, Ruralidades e Urbanidades.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Pires Melo

TERESINA
2018

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

I12p Ibiapina, Mayara Maia.
Percepção de conflitos socioambientais: um estudo sobre pescadores artesanais na Comunidade Pedra do Sal (PI) / Mayara Maia Ibiapina. – 2018.
101 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Piauí, 201.

Orientação: Prof. Dr. Samuel Pires Melo.

1. Pescadores Artesanais. 2. Reflexividade. 3. Riscos Ambientais. 4. Modo de Vida. 5. Conflito Socioambiental.
I. Título.

CDD 910.981



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Ata da Sessão de Defesa de Dissertação de **MAYARA MAIA IBIAPINA**, do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí - UFPI.

No vigésimo sexto dia do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, às 09:00, na Sala 317 no Centro de Ciências Humanas e Letras - CCHL reuniram-se em sessão pública os membros da banca examinadora da dissertação de **MAYARA MAIA IBIAPINA**, sob o título: **PERCEPÇÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: UM ESTUDO SOBRE PESCADORES ARTESANAIS NA COMUNIDADE PEDRA DO SAL (PI)**. A banca examinadora foi constituída pelos/as Professores/as Doutores/as **Samuel Pires Melo (presidente e orientador)**, **Klenio Veiga da Costa (examinador externo)** e **Maria Sueli Rodrigues de Sousa (examinadora interna)**. Iniciando os trabalhos o/a presidente **Prof. Dr. Samuel Pires Melo** informou aos presentes, à candidata ao título de mestre e aos membros da banca examinadora, o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente e dos procedimentos a serem seguidos: até (30) trinta minutos para apresentação da dissertação pelo/a candidato/a, até (30) trinta minutos para cada arguidor/a e o mesmo tempo para resposta do/a candidato/a. Em seguida, o/a candidato/a foi convidado/a a fazer a exposição da dissertação no tempo que lhe foi concedido. Após a exposição, o/a presidente passou a palavra aos demais membros da banca para arguições. Na sequência, e após as respectivas respostas do/a candidato/a, o/a presidente da banca examinadora solicitou a retirada temporária do/as presentes para, em secreto, a banca deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornarem, o **Prof. Dr. Samuel Pires Melo**, presidente da mesa e orientador da aluna, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da banca examinadora de APROVADO. Após congratulações com o/a candidato/a e agradecimentos pela presença de todos/as, a sessão foi encerrada às ___: horas ___ minutos. E, para constar, foi lavrada a presente Ata, que lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Teresina, 26 de fevereiro de 2018.

Prof. Dr. Samuel Pires Melo (PPGS - UFPI)
(Presidente)

Prof. Dr. Klenio Veiga da Costa (UENF)
(Examinador Externo)

Prof.ª. Dr.ª. Maria Sueli Rodrigues de Sousa (PPGS - UFPI)
(Examinadora Interna)

Aos meus pais e aos moradores da Comunidade Pedra do Sal. Sem eles esta pesquisa não seria possível.

RESUMO

Esta pesquisa tem o interesse principal de identificar conflitos socioambientais vividos por pescadores artesanais na Comunidade Pedra do Sal (PI), de acordo com a percepção dos próprios pescadores. As análises permeiam a observação da conexão que essa comunidade tem com o mar como fonte de subsistência e reprodução social, e a reflexividade que eles têm de situações que oferecem risco a sua sobrevivência. Os moradores da Comunidade Pedra do Sal enfrentam muitas intervenções em seu território, de uma forma geral, historicamente, essas intervenções são percebidas ao longo de todo o litoral brasileiro. Com isso, a pesquisa foi norteadada pela seguinte indagação: Na percepção desses pescadores, quais os conflitos socioambientais que interferem no seu modo de vida, através da produção e reprodução das relações com: o mar, a terra, o trabalho, a família, as crenças e a sua sociabilidade intra e interlocal? O objetivo geral da pesquisa é analisar a percepção dos pescadores artesanais da Pedra do Sal sobre os conflitos socioambientais que interferem na produção e reprodução do seu modo de vida. E tem como objetivos específicos: - Levantar informações para caracterizar o perfil da pesca artesanal da Comunidade Pedra do Sal; - Identificar conflitos que se relacionam com seu modo de vida através das categorias: terra, mar, sociabilidade familiar, trabalho e relação com a comunidade, na perspectiva dos próprios pescadores; - Analisar como os pescadores artesanais percebem os riscos que incidem sobre a sociabilidade familiar, trabalho e comunidade. Para a construção deste trabalho utilizou-se como metodologia a etnografia do conflito socioambiental proposta por Little, buscou-se utilizar ao máximo a postura da Etnopesquisa, esta me permitiu capturar observações importantes da reflexividade dos pescadores sobre conflitos socioambientais, revelando o próprio poder desses atores de refletir sobre os riscos significativos que essa problemática aponta ao seu modo de vida. Para subsidiar as análises, foi necessária a realização de pesquisa bibliográfica e documental, para a coleta de dados foi utilizado um questionário com lista de perguntas que subsidiaram na realização de entrevista semiestruturada. Para o tratamento dos dados, utilizou-se a técnica da análise de conteúdo. Assim como o proposto por Little, o trabalho finaliza analisando as variadas táticas e estratégias utilizadas pela comunidade e as distintas tentativas de resolução desses conflitos. Com essa pesquisa, percebeu-se nos pescadores da Comunidade Pedra do Sal a necessidade de procurar informações devido a sua questão fundiária, que de acordo com a pesquisa, esse é o principal conflito hoje vivido pelos moradores desta comunidade, fator que contribuiu expressivamente para a forma de reflexividade que hoje possuem sobre todos os riscos e conflitos socioambientais que os rodeiam.

Palavras-chave: Pescadores artesanais, Reflexividade, Riscos Ambientais, Modo de Vida. Conflito Socioambiental.

ABSTRACT

This research has the main interest of identifying socioenvironmental conflicts experienced by artisanal fishers in the Pedra do Sal Community (PI), according to the fishers' own perception. The analyzes permeate the observation of the connection that this community has with the sea as a source of subsistence and social reproduction, and the reflexivity they have of situations that threaten their survival. The residents of Pedra do Sal face many interventions in their territory, in general, historically, these interventions are perceived along the entire Brazilian coast. Thus, the research was guided by the following question: In the perception of these fishers, what are the socioenvironmental conflicts that interfere with their way of life, through the production and reproduction of relationships with: the sea, land, work, family, beliefs and their intra and interlocal sociability? The general objective of the research is to analyze the perception of artisanal fishers of Pedra do Sal on the socioenvironmental conflicts that interfere in the production and reproduction of their way of life. Its specific objectives are: - To gather information to characterize the artisanal fishing profile of the Pedra do Sal Community; - Identify conflicts related to their way of life through the categories: land, sea, family sociability, work and relationship with the community, according to the perspective of the fishers themselves; - Analyze how artisanal fishers perceive the risks that affect family sociability, work and community. For the construction of this work it was used as methodology the ethnography of the socioenvironmental conflict proposed by Litte, it was used a qualitative approach and it was tried to make the best use of the posture of Ethnological Research which allowed to capture important observations of the fishermen's reflexivity on socioenvironmental conflicts, revealing the very power of these actors to reflect on the significant risks that this problem points to their way of life. To support the analysis, it was necessary to carry out bibliographical and documentary research, a questionnaire was used to collect data for a semi-structured interview, and for the data treatment, the content analysis techniques were used. Like the one proposed by Little, the work ends by analyzing the varied tactics and strategies used by the community and the different attempts to solve these conflicts. With this research it was noticed that the fishers of the Pedra do Sal Community felt the need to look for information due to their land issue, according to the research, this is the main conflict today lived by the residents of this community, this factor contributed expressively to the way of reflexivity that they have today on all the risks and socialenvironmental conflicts that surround them.

Keywords: Artisanal fishers, Reflexivity, Environmental Risks, Way of Life. socioenvironmental conflicts.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Localização da Praia Pedra do Sal (PI)	50
Figura 2: Farol da Pedra do Sal	51
Figura 3: Mapa Praia Pedra do Sal	52
Figura 4: Bares na Praia Pedra do Sal	53
Figura 5: Estrada para a Pedra do Sal	54
Figura 6: Placa da obra de pavimentação da Avenida Beira Mar Pedra do Sal ..	55
Figura 7: Construções de casas na Pedra do Sal	57
Figura 8: Pescador limpando a rede após retira-la da praia	58
Figura 9: Pescador “tratando” os peixes ainda na praia	60
Figura 10: Canoa utilizada por pescadores da Pedra do Sal	61
Figura 11: Cômodo para guardar apetrechos e instrumentos de pesca	62
Figura 12: Igreja Católica de Nossa Senhora da Conceição	68
Figura 13: Local de Difícil Acesso na Pedra do Sal	75
Figura 14: Animais na faixa de praia comendo resíduos dos bares	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro dos entrevistados na Comunidade Pedra do Sal	18
Quadro 2: Beneficiários do Seguro-Defeso, por Região e UF, em 2014.....	30
Quadro 3: Elementos geracionais	65
Quadro 4: Elementos de integração interlocal	67
Quadro 5: Elementos que Apontam Questão Fundiária como Ponto Crítico	73
Quadro 6: Identificação dos Conflitos em Torno do Controle sobre os Recursos Naturais de Acordo com os Próprios Pescadores.....	75
Quadro 7: Identificação dos conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana	78
Quadro 8: Elementos de valoração do espaço utilizado pela comunidade	83
Quadro 9: Identificação dos conflitos em torno do Plano de Manejo da APA Delta do Parnaíba	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	– Área de Proteção Ambiental
BIOMADE	– Biodiversidade Marinha do Delta
FAO	– Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
GPS	– Sistema de Posicionamento Global
ITD	– Instituto Tartarugas do Delta
IBAMA	– Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
ICMbio	– Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
PSF	– Posto de Saúde da Família
ONG	– Organização Não Governamental
RGP	– Registro Geral da Atividade Pesqueira
SIAB	– Sistema de Informação da Atenção Básica
SINPESQ	– Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura
SISRGP	– Sistema Informatizado do RGP
SPU	– Secretaria do Patrimônio da União
SUDEPE	– Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
UC	– Unidade de Conservação
UFPI	– Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A PESCA E OS DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS DESENCADEADOS PELA MODERNIDADE E DESENVOLVIMENTO	24
1.1 A ATIVIDADE PESQUEIRA NO BRASIL	24
1.2 O PESCADOR ARTESANAL	31
1.3 POVOS TRADICIONAIS, NATUREZA E CONSERVAÇÃO	35
1.4 PERCEPÇÃO DE RISCO E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL	41
2 A PESQUISA NA PEDRA DO SAL - PI	50
2.1 A COMUNIDADE PEDRA DO SAL: Aspectos Gerais	50
2.2 A PESCA ARTESANAL NA COMUNIDADE PEDRA DO SAL	57
2.2.1 Relação trabalho, terra e mar	57
2.2.2 Relação da atividade da pesca com a família e com a localidade	64
3 PESCADORES, RISCOS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E O MODO DE VIDA NO MAR	70
3.1 CONFLITOS EM TORNO DO CONTROLE SOBRE OS RECURSOS NATURAIS	72
3.2 CONFLITOS EM TORNO DOS IMPACTOS GERADOS PELA AÇÃO HUMANA	78
3.3 CONFLITOS EM TORNO DE VALORES E MODO DE VIDA	82
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	89
APENDICE A: ROTEIRO DA ENTREVISTA	94
ANEXO A – REPORTAGEM SOBRE MANIFESTAÇÃO NA COMUNIDADE PEDRA DO SAL DO DIA 11 DE ABRIL DE 2015	101

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem o interesse de identificar conflitos socioambientais vividos por pescadores artesanais na Comunidade Pedra do Sal (PI), de acordo com a percepção dos próprios pescadores. As análises permeiam a observação da conexão que essa comunidade tem com o mar como fonte de subsistência e reprodução social, e a reflexividade que eles têm de situações que oferecem risco a sua sobrevivência.

A área estudada compreende as imediações da Praia Pedra do Sal, pertencente ao município de Parnaíba no Piauí, distante 18 km do centro da cidade e cerca de 318km da capital do estado, Teresina. Esta praia está também localizada na Ilha Grande de Santa Isabel, sendo seu único acesso pela rodovia PI-116 através da ponte Simplício Dias, sobre o Rio Igarçu.

A primeira vez que visitei esta comunidade foi no ano de 2011 durante minha graduação em Turismo, pela Universidade Federal do Piauí - UFPI, no *campus* de Parnaíba. Estudava com duas moradoras da Comunidade Pedra do Sal e sempre era convidada para os finais de semana em família, ambas eram filhas de pescadores, a mãe de uma delas ainda costuma pescar nas lagoas que aumentam o volume no período de chuva; o pai da segunda pesca “embarcado”, como falava ao se referir às pescas no mar.

Durante meus primeiros fins de semana na Pedra do Sal pouco observava as questões socioambientais vividas por aquelas famílias, mas no decorrer do tempo eu observava nas conversas cotidianas algumas questões que causavam inquietude na comunidade como: a “Ecocity” (que comento mais adiante) e a instalação de uma usina eólica no local.

A primeira fase da instalação da Central Eólica da Pedra do Sal, pela empresa Tractebel S/A (que pertence a um grupo de empreendedores franceses), iniciou-se em 2008 com 20 aerogeradores (COSTA & SERAINE, 2010). Desde a primeira fase da instalação da usina, aquela comunidade já se afirmava prejudicada. Eu observava que mesmo os geradores instalados longe das residências, eles causavam grande incômodo naquelas famílias.

No ano de 2012 iniciei como bolsista no Programa de Educação Tutorial – PET que tinha como eixo central o ecoturismo de base comunitária e sua área de estudo é a Área de Proteção Ambiental – APA Delta do Parnaíba. Nesse projeto tive

a oportunidade de observar melhor muitas comunidades desta APA, e entre elas comecei a lançar um olhar diferente sobre a Comunidade Pedra do Sal, como meu objeto de estudo.

A Pedra do Sal está dentro de uma Unidade de Conservação – UC, a APA Delta do Parnaíba, que foi criada através do Decreto S/N de 28 de agosto de 1996, compreendendo um perímetro de 460.812 metros e uma área de aproximadamente 313.800 ha.

A APA Delta do Parnaíba abrange os municípios: Luís Correia, Ilha Grande e Parnaíba, no estado do Piauí; Araióses e Tutóia, no estado Maranhão; Chaval e Barroquinha, no estado do Ceará, além de águas jurisdicionais. Os principais objetivos desta UC são: proteger os deltas dos rios Parnaíba, Timonha e Ubatuba, com sua fauna, flora e complexo dunar; proteger remanescentes de mata aluvial; proteger os recursos hídricos; melhorar a qualidade de vida das populações residentes, mediante orientação e disciplina das atividades econômicas locais; fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental; e preservar as culturas e as tradições locais (BRASIL, 1996).

No ano de 2013 iniciaram os preparativos para a ampliação da usina eólica com a empresa Ômega Geração, empresa que será responsável pelo Complexo Eólico Delta do Parnaíba. Soube desta notícia inicialmente em conversas informais com as famílias durante os fins de semana que passava na Pedra do Sal - ou “Pedral” - como é conhecida carinhosamente por moradores ou aqueles que apreciam o local. Nestas conversas, não se falavam mais de problemas que poderiam ser causados, os moradores apoiadores desses projetos falavam em criação de empregos, treinamentos, melhoria da estrada de acesso à comunidade e em projetos sociais.

Nesse cenário iniciei minhas pesquisas e comecei a escrever sobre a comunidade, o primeiro artigo falava justamente da aceitação inicial daquelas pessoas desta nova empresa. Naquele momento minha visão não permitia observar o que estava acontecendo, seriam necessários alguns anos para o amadurecimento das minhas observações. Para a comunidade, faltava tempo para viver a série de problemas que essa usina traria, muito embora nas minhas primeiras conclusões já percebia uma divisão de opiniões sobre o empreendimento. Hoje a usina eólica conta com 70 aerogeradores e tramitam junto aos órgãos competentes novas etapas

de ampliações, a meta para a Pedra do Sal, são 118 aerogeradores até o fim de 2018.

Em 2014, quando as obras de ampliação da usina eólica estavam quase concluídas, iniciaram-se também trâmites para construção de dois *resorts* na praia, com isso, surge uma pressão popular assessorada pela academia e organizações não governamentais - ONG's, para apressar o processo delicado de regularização fundiária que emergiu ainda em 2009, quando a construção de um grande empreendimento turístico conhecido como Ecocity foi indeferido pelos órgãos ambientais. O fato é que esse empreendimento possuía 86 hectares daquela área, enquanto a comunidade ainda não tinha posse da sua terra. O projeto da criação de *resorts* que já estava esquecido volta a preocupar a comunidade.

Ainda no ano de 2014 comecei a trabalhar como monitora de campo no projeto Biodiversidade Marinha do Delta – BIOMADE, um projeto socioambiental gerido pela Organização Não Governamental Instituto Tartarugas do Delta – ITD, quando iniciei também a especialização em Gestão Ambiental. Esse novo trabalho me deu ligação maior com alguns pescadores da comunidade, que auxiliavam o projeto no monitoramento de espécies marinhas ameaçadas de extinção.

O objetivo principal do projeto BIOMADE era realizar o levantamento da biodiversidade marinha da APA Delta do Parnaíba, nesse projeto aprendi muito sobre a relevância ambiental daquela área. Um ponto que merece destaque é a ocorrência da espécie *Dermochelys Coriácea*, conhecida como tartaruga de couro ou tartaruga gigante, com o tempo absorvi muitas informações dessa espécie criticamente ameaçada de extinção, que pode ter em média 1,78m de comprimento de carapaça e um peso de 400kg; estes animais são importantíssimos para o equilíbrio da cadeia alimentar marinha, mas estão desaparecendo da costa brasileira.

Os registros só apontam o litoral do Espírito Santo como local de desova dessa espécie, porém, o projeto conseguiu provar que a Praia Pedra do Sal recebe todos os anos a tartaruga de couro para desovar regularmente. Os pescadores ajudavam o quanto podiam com a marcação e acompanhamento dos ninhos ou resgate de animais e devolução para o mar.

Observar a preocupação deles com espécies ameaçadas de extinção me fez perceber a ligação que os pescadores têm com o meio ambiente. Naquele tempo ainda não entendia toda a simbologia e o respeito que esses pescadores têm pelo

mar, foi necessário tempo para iniciar minhas reflexões sobre a mística que envolve a proteção da natureza para essas comunidades.

Quanto à religiosidade, me admirava da quantidade de rituais de Umbanda feitos na praia, velas, frutas, comida, aguardente. No início me causavam certa estranheza, mas com o tempo passou a ser comum e até me pareciam bonitos e curiosos. Só ao iniciar essa pesquisa surgiram tantas explicações para esses “trabalhos” como são conhecidos. Hoje compreendo como é importante conhecer o sistema de representações, símbolos e mitos que essas populações constroem, pois é com base nessas representações que eles agem sobre o meio em que vivem, desenvolvendo técnicas empíricas de trabalho e manejo dessas áreas. Está tudo intimamente interligado.

Nas madrugadas de monitoramento das tartarugas tive oportunidade de vivenciar muitas coisas, às vezes um dos pescadores que colaborava com o projeto me explicava o movimento dos pescadores indo ou voltando do mar de acordo com a maré, me explicava o que eram as luzes que eu via no mar, os “barcos de arrasto”, que são embarcações maiores proibidas de chegar tão próximo da praia; contudo ainda o faziam e por isso eles percebiam uma “diminuição dos peixes” como assim falavam. É difícil controlar esses locais de pesca, pois o mar como um patrimônio comum, implica o fenômeno da indivisibilidade, a ausência de apropriação formal do meio. Abordar a propriedade sobre os pontos de pesca é entender que esses limites são fluidos, como explica Maldonado (2000):

Os pescadores universalmente se inserem também numa relação com o espaço em que a indivisão é sem dúvida um dos conceitos com que se deparam no trabalho (...) sendo raras e pouco duradouras as tentativas feitas pela sociedade humana de criar formas contínuas de posse e de usufruto do meio marinho (MALDONADO, 2000, p. 60).

Os monitoramentos eram sempre feitos por duas ou mais integrantes do projeto, muitas noites dormíamos na escola da comunidade, eu mal conseguia dormir com o barulho das turbinas eólicas, ficava imaginando como a comunidade aprendeu a conviver com o ruído incessante das gigantescas torres.

No ano de 2015 uma audiência pública foi realizada na própria comunidade sobre a construção do *Pure Resorts Hotels & Residences* (um empreendimento canadense que tinha posse de 161 hectares de terras), nessa audiência apresentaram um projeto hoteleiro, mas que também contava com a construção de

um residencial com aproximadamente 150 unidades. Lembro-me muito bem de um dos moradores perguntando como esse empreendimento conseguiu a posse dessas terras se eles moravam lá há tanto tempo e ainda não tinham conseguido. As respostas são as mesmas até hoje, que a regularização das moradias daquela comunidade é prioridade para a gestão municipal e que esses empreendimentos trarão desenvolvimento e, principalmente, emprego.

Foi essa fala que me fez escolher essa praia como projeto de mestrado, porque embora todas as atenções estivessem voltadas para a problemática da empresa de energia eólica, eu percebia que aqueles moradores tinham muitos outros problemas a serem investigados e analisados. Quando escolhi fazer o mestrado em Sociologia, eu ignorei todo o desafio que seria para uma turismóloga estudar tais questões, eu já sabia que queria compreender a relação entre a potencialidade turística daquela região e o que essa comunidade passava, mas precisava de uma lente capaz de mostrar algo que eu ainda não estava conseguindo ver.

Os moradores da Comunidade Pedra do Sal enfrentam muitas intervenções em seu território. De uma forma geral, historicamente, essas intervenções são percebidas ao longo de todo o litoral brasileiro. Gradualmente, o que antes eram comunidades voltadas para a pesca artesanal, vão se transformando com os efeitos da modernidade. O que se observa é a lógica de mercado e a competição se instalando na proporção em que novos valores são estabelecidos e a lenta expulsão desses pescadores de seus locais de moradia principalmente devido à especulação imobiliária.

Ainda no ano de 2015 muitas manifestações públicas eclodiram na comunidade, aqueles moradores queriam respostas para suas dúvidas, procuravam esclarecimentos sobre tais empreendimentos, começaram a receber apoio de instituições como Ongs e universidades, queriam subsídios para a luta pelos seus direitos fundamentais e defesa do seu território; sobretudo pela consciência dos impactos ambientais que passaram a vivenciar.

Nesse ponto, constatamos pelos discursos a ligação que a comunidade tem com a natureza, uma relação como uma simbiose. Diegues (2001) explica que muitas comunidades tradicionais:

Ainda não foram totalmente incorporadas à lógica do lucro e do mercado, organizando parcela considerável de sua produção em torno da auto-subsistência. Sua relação com a natureza, em muitos casos, é de verdadeira simbiose, e o uso dos recursos naturais só pode ser entendido dentro de uma lógica mais ampla de reprodução social e cultural, distinta da existente na sociedade capitalista (DIEGUES, 2001, p. 79).

A presente pesquisa partiu da observação do modo como a comunidade se relaciona com a natureza, para isso, foi de fundamental importância a compreensão de um grupo que permanece caracterizando a Pedra do Sal, os pescadores artesanais.

A pesca ultrapassa o sentido de profissão, trata-se de um modo de vida com trabalho livre e comumente apresenta regime coletivo. Os pescadores artesanais tem modo de vida tradicional, sua forma de lidar com a natureza é passada pelas gerações, mostrando uma identidade alicerçada na ancestralidade. Para Diegues (2008) na concepção mítica das sociedades tradicionais existe uma simbiose entre o ser humano e a natureza, tanto nas técnicas, atividades e produção, quanto no campo simbólico. Nesse sentido, a ligação espiritual e mística das comunidades tradicionais com a natureza sugere uma relação de cuidado e respeito. Segundo Diegues (2001) as comunidades tradicionais apresentam pontos importantes:

a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida; b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral; c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; f) reduzida acumulação de capital; g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas; i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final; j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos; l) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (DIEGUES, 2001, p. 87-88).

O conhecimento da natureza é a principal base de sustentação, é através dele que os pescadores identificam os ciclos da natureza, pontos de pesca, sinais

das águas. Porém, esta natureza está sendo modificada de forma agressiva pela ação antrópica, isso dificulta a identificação dos elementos que orientam os ciclos da vida pesqueira. É visível que a dependência, em maior ou menor grau, da sociedade capitalista causa efeitos desorganizadores nessas comunidades.

Porém, a comunidade tradicional exerce um papel importante na conservação desse ambiente, funciona como uma troca, pois o conhecimento empírico da natureza marca a criação de sistemas de manejo desses recursos naturais, a existência do respeito aos ciclos naturais permite tempo para a capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Para Diegues (2001) esses sistemas tradicionais de manejo não se tratam somente de exploração econômica dos recursos, eles revelam “a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais” (DIEGUES, 2001, p. 85).

Como observado durante a pesquisa, a pesca ainda é uma atividade que marca a tradicionalidade da Comunidade Pedra do Sal, por isso é preciso entender como os conflitos gerados, entre os interesses modernizadores e a atividade da pesca, tocam o modo de vidas desses pescadores artesanais em relação com: o mar, a terra, o trabalho, a família, as crenças e a sua sociabilidade intra e interlocal.

Segundo a Lei 11.959/2009 a pesca artesanal é praticada “diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte, e a atividade” (BRASIL, Lei 11.989, 2009, art. 8). Ainda para efeitos dessa lei, consideram-se atividade pesqueira artesanal: “os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal” (BRASIL, Lei 11.989, 2009, art. 4).

É necessário relembrar que pescador artesanal é muito mais que uma profissão, e que conhecer esse grupo é elemento fundamental para a compreensão da questão central da pesquisa, compreender quais os conflitos socioambientais vividos pela Comunidade Pedra do Sal. Em geral, entender as relações sociais dos pescadores da comunidade é relevante na compreensão de como o processo de desenvolvimento tem sido imposto a territórios de pequenas comunidades no estado do Piauí.

Com isso, a pesquisa foi norteada pela seguinte indagação: Na percepção desses pescadores, quais os conflitos socioambientais que interferem no seu modo de vida, através da produção e reprodução das relações com: o mar, a terra, o trabalho, a família, as crenças e a sua sociabilidade intra e interlocal?

O objetivo geral da pesquisa é analisar a percepção dos pescadores artesanais da Pedra do Sal sobre os conflitos socioambientais que interferem na produção e reprodução do seu modo de vida. E tem como objetivos específicos: - Levantar informações para caracterizar o perfil da pesca artesanal da Comunidade Pedra do Sal; - Identificar conflitos que se relacionam com seu modo de vida através das categorias: terra, mar, sociabilidade familiar, trabalho e relação com a comunidade, de acordo na perspectiva dos próprios pescadores; - Analisar como os pescadores artesanais percebem os riscos que incidem sobre a sociabilidade familiar, trabalho e comunidade.

A comunidade surgiu de uma vila de pescadores, e hoje, mesmo seu espaço apresentando características diversas, ela ainda tem a pesca artesanal como importante fator de reprodução do seu território, portanto, estas famílias carregam culturalmente uma ligação forte com o mar, a pesca e a natureza que o cercam; por isso, os atores da pesquisa serão estes pescadores.

Para explicar o percurso metodológico que seguiu a pesquisa, ressalto meu exercício de desapegar-me das ideias que formei ao longo do tempo sobre meu objeto de estudo, esse desprendimento buscou um tratamento menos tendencioso possível para a construção de um conhecimento gerado a partir do conhecimento dos pescadores.

Pelo envolvimento que mantive com essa comunidade, acredito que fui uma observadora participante nessa comunidade, as coletas de informações foram feitas nos fins de semana dos meses de abril e maio do ano de 2017 e as entrevistas em dezembro de 2017 a janeiro de 2018 e transformadas em dados a serem analisados simultaneamente a esse processo.

Durante o mês de abril de 2017 as visitas foram bem difíceis, um trecho da estrada de acesso a comunidade ainda estava em construção, além de ser um período de chuvas. As minhas primeiras conversas para identificar os pescadores que auxiliariam na pesquisa foram um tanto desanimadoras, minha informante afirmava que esses pescadores tinham perfis retraídos e “fechados” aos pesquisadores que chegavam, até mesmo pela realidade vivida na comunidade.

Mas ao entrar em contato com os primeiros pescadores, ficou mais fácil de encontrar um meio de dialogar com os demais, mesmo que a intenção desta pesquisa não tenha sido uma representatividade numérica, e sim um aprofundamento da compreensão de um grupo social de sua própria realidade.

Conversei com inúmeros moradores da comunidade sempre fazendo anotações, procurei conhecer ao máximo suas angústias e preocupações quanto ao trabalho, família, moradia, convivência interlocal, religião, terra, saúde, lazer, enfim, todos os aspectos que estão relacionados com sua subsistência e reprodução do seu modo de vida. Então, procurei indicações de pescadores com mais experiência na lida do mar, até encontrar minha lista dos entrevistados, estes eram geralmente donos de embarcações ou mestres, para Ramalho (2007, p.300) mestre é “o pescador que congrega dois atributos essenciais: é o mais talentoso na arte da pescaria e é aquele que possui, também, a capacidade de comandar os homens no mar”, portanto exercem um papel de liderança sendo respeitado pelos demais e exercendo também papel de formadores de opinião dentro da comunidade pela sabedoria e experiência.

Procurei contemplar pescadores de cada tipo de pesca realizada na Pedra do Sal, essas categorias serão explicadas no Capítulo 2, realizei as entrevistas até perceber que a partir do sexto entrevistado as respostas passaram a se repetir, cheguei ao meu ponto de saturação das respostas, encerrando as entrevista com número de nove entrevistados listados no Quadro 1.

Quadro 1: Quadro dos entrevistados na Comunidade Pedra do Sal

Nome	Idade	
Antônio	76 anos	Mestre pescador aposentado.
Benedito	54 anos	Mestre pescador em atividade.
Carlos	38 anos	Pescador de praia, proeiro e faz trabalhos extras como ajudante de pedreiro.
Domingos	62 anos	Mestre que hoje trabalha com turismo.
Elias	45 anos	Pescador que hoje pesca somente na praia
Francisco	51 anos	Pescador que possuía canoas, hoje trabalha em uma empresa privada com carteira assinada.
José	65 anos	Mestre especialista na pesca do Camurupim
Manoel	45 anos	Pescador que hoje trabalha em uma empresa privada com carteira assinada, mas, pesca aos fins de semana.
Pedro	52 anos	Mestre nas temporadas de pesca e pedreiro na própria comunidade.

Fonte: Autora, 2017.

Estes entrevistados não serão identificados, uso nomes fictícios para apresentar dados para a construção das informações. É importante assegurar o sigilo desses pescadores para não comprometer suas atuações no desdobramento dos conflitos vividos, antes de cada entrevista eu explicava que eles não seriam identificados, e consegui perceber que eles até se sentiam mais a vontade para falar de assuntos mais delicados.

Relembro aqui, que a principal intenção deste trabalho foi compreender a percepção e identificação de conflitos socioambientais pelos pescadores da Comunidade Pedra do Sal, para Little (2004, p.1), conflitos são “embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico, isto é, com seus respectivos meios social e natural”.

Como já mencionado anteriormente, a comunidade em estudo possui relação íntima com seu território e com os recursos naturais, e apontam a existência de muitos conflitos que extrapolam as esferas sociais ou unicamente ambientais, por isso a utilização do termo ‘conflitos socioambientais’, segundo Little (2004, p.1) “podemos classificar um conflito determinado como sócio-ambiental quando o cerne do conflito gira em torno das interações ecológicas”, essa definição sugere a presença de grupos e instituições sociais diferentes que interagem entre si e com o seu meio biofísico.

Portanto, para a construção deste trabalho utilizou-se como metodologia a etnografia do conflito socioambiental proposta por Little. Na busca de compreender a percepção que os pescadores possuem da sua realidade, foi utilizada nesta pesquisa abordagem qualitativa, principalmente pela preocupação com a análise holística e dialética da cultura desta comunidade, depois da observação de que os atores sociais da pesquisa atuam de forma ativa dentro da estrutura e dinâmica social que a Pedra do Sal envolve.

Busquei, dessa forma, utilizar ao máximo a postura da Etnopesquisa, esta me permitiu capturar observações importantes da reflexividade dos pescadores sobre conflitos socioambientais, revelando o próprio poder desses atores de refletir sobre os riscos significativos que essa problemática aponta ao seu modo de vida.

Alguns cuidados foram tomados nesse tipo de abordagem, como o tempo dedicado a observação, confesso que quanto mais observava, mais questões surgiam, aumentando a probabilidade de fugir do foco da pesquisa. Embora as anotações tenham sido feitas, acredito que possam ser utilizadas em próximos

estudos, com mais tempo para análises desses dados.

As observações foram escritas em um caderno, no início não percebi a importância desses registros, mas vi que para o estudo etnográfico, um diário de campo é fundamental, os registros da observação direta auxiliaram a compreender muitas informações passadas pelos pescadores. De acordo com Marconi & Lakatos (2007) a observação direta deve ser aplicada simultaneamente com outras técnicas e “permite a coleta de dados sobre um conjunto de atitudes comportamentais típicas e permite a evidência de dados não constantes do roteiro de entrevistas ou de questionários” (MARCONI E LAKATOS, 2007, p. 88). Como sugerem as autoras, essas observações foram anotadas metodicamente e estão diluídas no texto para auxiliar no entendimento de muitas questões da comunidade.

Para Geertz (1989), a etnografia é uma prática que não visa apenas selecionar os entrevistados e informantes, estabelecer relações, transcrever as falas, mapear campos e escrever um diário; o que define o estudo etnográfico “é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma ‘descrição densa’” (GEERTZ, 1989, p. 15).

Para subsidiar as análises, foi necessária a realização de pesquisa bibliográfica e documental sobre a sociedade moderna e seu relacionamento com a natureza. Para isso, utilizou-se o apoio nas Políticas e Leis de pesca e aquicultura, o aporte teórico da Sociologia Ambiental, Antropologia e a própria bibliografia e documentos sobre a comunidade; percebemos que existem poucos materiais publicados oficialmente sobre os pescadores artesanais da Comunidade Pedra do Sal.

Um dos motivos que dificultou a pesquisa foi a ausência de uma colônia de pescadores própria na comunidade, como foi observado nas visitas, esses pescadores se dividem em colônias do município de Ilha Grande e do município de Parnaíba. Esse é um desafio na luta por direitos destes pescadores, pois as colônias são indispensáveis na defesa dos direitos e interesses da categoria, elas também são responsáveis por “representar, perante os órgãos públicos, contra quaisquer ações de pesca predatória e de degradação do meio ambiente” (BRASIL, Lei 11.699, 2008, art. 3) e, portanto, a proximidade com os conflitos seria imprescindível para o tratamento adequado dessas questões.

Para seleção dos atores utilizei a amostra intencional ou de seleção racional, priorizando - para fim de coleta de dados – pesquisei por pescadores com mais

experiência na pesca e os pescadores mais participativos em associações, movimentos de organização da comunidade e indicados pelos próprios pescadores para a pesquisa. Para isso, tive que observar todas as características do pescador, em busca de garantir que essa amostra representasse o universo, mesmo que a intenção não fosse uma totalidade de representação, e sim a busca de informações diferentes para análise dos conflitos socioambientais.

O exercício maior para mim foi romper com as relações aparentes e trabalhar na emergência de novas relações entre os elementos, pois para se chegar ao fato, é necessário se livrar das pré-noções, como afirma Bourdieu et al (2004), segundo o autor uma pesquisa bem construída:

(...)tem como efeito intensificar a dialética da razão e da experiência, mas somente com a condição de que o pesquisador saiba pensar, de forma adequada, os resultados, inclusive negativos, que ela produz e se interrogue sobre as razões que fazem com que os fatos têm razão de dizer não (BOURDIEU et al. 2004. p. 78).

O principal instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário semiestruturado que consistiu em uma lista de questionamentos objetivos e subjetivos que funcionavam como roteiro de perguntas previamente elaborado para auxiliar no padrão de áreas de respostas; auxiliando inclusive numa resposta comparativa entre participantes da entrevista e, principalmente, diminuindo as chances da conversa escapar ao foco central da pesquisa. Porém, durante a aplicação era inevitável as conversas sobre outros assuntos, principalmente porque a pesquisa era realizada enquanto estávamos sentados na calçada, nas cozinhas ou no terraço (alpendre) das casas, durante um cafezinho; por muitas vezes familiares e amigos chegavam observavam a entrevista e tinha que interromper de forma simpática para depois recomeçar, com receio da intervenção atrapalhar a opinião própria do entrevistado.

Como explicado por Manzini (1991, p. 154), a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual é confeccionado um roteiro com perguntas principais, este roteiro é complementado por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Esse tipo de entrevista fez-se importante para que emergissem informações de forma mais livre, o que garantiu que surgissem novas preocupações sobre os conflitos os quais eu não tinha contemplado no meu questionário, mas que foram registradas e analisadas.

As aplicações dos questionários foram gravadas, transcritas e organizadas por temas, foram realizados também, durante o processo de observação direta, notas de campo e registros fotográficos. Para o tratamento dos dados utilizou-se as técnicas da análise de conteúdo de Bardin (2006), onde segundo a autora, através de procedimentos sistemáticos e descrição do conteúdo das mensagens é possível obter indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Assim, primeiro foi realizado a pré-análise, nesta fase houve a separação do material a ser utilizado com uma leitura geral e organização dos temas e indicadores, em segundo foi realizado a exploração do material, com a organização das falas, transcrições e anotações separando-as por temas e categorias, montando quadros que com o objetivo de facilitar o entendimento e melhorar uma visualização geral de certos pontos, por fim, a terceira fase foi o tratamento dos resultados com a interpretação pessoal fundamentada na bibliografia estudada.

Para estruturação desta pesquisa o trabalho foi organizado em três capítulos, a formação dos capítulos orientou-se pela sequência da sua produção e dos seus objetivos, anteriormente descritos.

O Capítulo 1 faz breve revisão bibliográfica sobre a atividade pesqueira em geral, primeiro uma apresentação sobre atividade pesqueira no Brasil, depois conceitos importantes sobre a pesca artesanal, povos tradicionais, finalizando com a percepção de riscos e conflitos socioambientais. Os principais autores nessa discussão: Diegues (1983, 1995, 1999, 2000, 2001), Maldonado (2000), Ramalho (2006), Giddens (1991, 1994, 1997, 2002), Beck (1986, 1997), Little (2002, 2004), Sach (2000), Esteva (2000), Gehlen (2014); esse capítulo envolveu pontos importantes para a compreensão da relação entre sociedade e natureza e como a modernidade influencia essa relação.

No Capítulo 2, apresenta um levantamento de informações sobre a comunidade e a pesca artesanal realizada. Nesse momento do capítulo foi possível caracterizar o grupo em estudos os pescadores artesanais da Comunidade Pedra do Sal, contemplando características fundamentais do seu modo de vida e reprodução social, conseqüentemente já foi possível identificar muitas das causas do conflitos existentes.

Por fim, o terceiro capítulo trata da identificação e análise dos conflitos sob a perspectiva dos próprios pescadores e uma análise de como eles percebem os

riscos que incidem sobre a sociabilidade familiar, o trabalho e a comunidade. Para isso, foi utilizada a etnografia do conflito proposta por Little (2004, p.2), segundo este autor, “a análise etnográfica de um conflito sócio-ambiental específico começa com a identificação do foco central do conflito: o que realmente está em jogo”, após isso é necessário a identificação dos atores envolvidos:

A identificação e análise dos principais atores sociais envolvidos é outro elemento fundamental para o estudo de conflitos sócio-ambientais, já que tenta explicitar os interesses específicos em jogo no conflito, seguido por um levantamento das interações entre cada um desses atores sociais (LITTLE, 2004, p.2).

Assim como o proposto por Little, o trabalho finaliza analisando as variadas táticas e estratégias utilizadas pela comunidade e as distintas tentativas de resolução desses conflitos. Relembro que não cabe a este trabalho um poder de decisão quanto aos conflitos existentes, pois, o uso dos recursos naturais e culturais depende do reconhecimento da importância desse território e não de critérios técnicos ou econômicos de custo-benefício. É por isso que o foco principal da pesquisa está na perspectiva dos atores e nas suas respectivas reivindicações.

1 A PESCA E OS DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS DESENCADEADOS PELA MODERNIDADE E DESENVOLVIMENTO

1.1 A ATIVIDADE PESQUEIRA NO BRASIL

A pesca é uma atividade humana muito antiga. Ela antecede a agricultura, pois, antes desta, o “homem primitivo” extraía da natureza a sua subsistência através da caça, da pesca e da coleta de frutos e raízes. Quando os europeus chegaram ao Brasil, a atividade pesqueira já era praticada pelos índios, “os inúmeros sambaquis, depósitos de conchas encontrados em sítios arqueológicos ao longo do litoral atestam a importância da atividade da pesca e coleta” (DIEGUES, 1998, p.1). Durante a colonização da região Nordeste do país, índios e escravos eram obrigados a aperfeiçoar a prática da pesca para garantir mais uma fonte de alimentação, acrescentando ainda o uso de instrumentos de pesca portuguesa, como as redes, que eram utilizadas com muita facilidade pelos índios e negros.

Segundo Diegues (1998), essa prática da pesca originou inúmeras culturas litorâneas como: o jangadeiro (litoral nordestino, do Ceará até o sul da Bahia), o caiçara (Litoral entre o Rio de Janeiro e São Paulo); e o açoriano (litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul); os caiçaras e açorianos tinham uma característica agrícola forte, enquanto jangadeiros viviam essencialmente da pesca costeira.

Em se tratando de pesca de grande escala, os primeiros registros são do início do século XX nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, essa atividade utilizava embarcações e redes de influência espanhola e portuguesa, e capturava principalmente a sardinha.

A pesca da sardinha, realizada em grande escala, deu origem também às primeiras indústrias de salga e secagem (depois enlatamento) no Rio de Janeiro e Santos, ao passo que as indústrias pesqueiras do Rio Grande do Sul surgidas na década de 20-30 processavam principalmente a merluza (DIEGUES, 1998, p.3).

Os incentivos governamentais à pesca em larga escala iniciaram-se na década de 60, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - Sudepe e da implantação de uma indústria pesqueira de base empresarial, através de incentivos fiscais. Nesse processo foram criadas também empresas de captura do camarão para exportação no litoral centro-sul do Brasil, e de captura da lagosta no Ceará.

Nesse processo, surgia também um proletariado ligado à pesca e ao beneficiamento do pescado, em contraposição à pequena pesca artesanal, baseada no modelo de *companha* (ou *campanha*?) própria da pesca ibérica, de onde também se trouxe o modelo de organização dos pescadores chamada de "colônias de pescadores", (introduzida por volta de 1922 e semelhante às guildas espanholas) (DIEGUES, 1998, p.3).

Vale ressaltar, que no Brasil existem diversas formas de organização da pesca e que são diferentes entre si. Garcez & Sánchez-Botero (2005) apontam que a pesca como uma atividade profissional está dividida em três principais categorias, são elas: de subsistência, artesanal e industrial; as duas últimas com finalidade comercial.

Segundo a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 a atividade pesqueira é dividida em comercial e não comercial. A pesca não comercial pode ser: científica (quando a finalidade é a pesquisa científica, mesmo que praticada por pessoa física ou jurídica), amadora (com finalidade de lazer, feita com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica) ou de subsistência (quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica).

Já a pesca comercial é dividida em artesanal e industrial. A pesca artesanal é praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte; esta categoria de profissional será estudada - com melhores detalhes - mais adiante neste trabalho, pois o pescador artesanal é uma categoria que deve ser analisada de forma mais ampla e não apenas como uma profissão. Já a pesca industrial é aquela praticada por pessoa física ou jurídica envolvendo pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes que utilizam embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial em larga escala (BRASIL, 2009).

A pesca industrial/empresarial no Brasil teve seu auge na década de 1970 e passou por uma grave crise na década de 80, devido uma rápida sobrepesca dos bancos de camarão, bem como outras espécies de peixe e a recessão econômica da época. "Parte das empresas pesqueiras do sul acabaram se transferindo para o litoral amazônico, sobretudo, entre Pará e Maranhão, onde continuam explorando os bancos de camarão" (DIEGUES, 1998, p.4).

Segundo Pianna (2017) um dos principais problemas no litoral brasileiro é a sobrepesca, trata-se da captura acima das quotas estabelecidas pelos órgãos ambientais para garantir a manutenção dos estoques pesqueiros; soma-se a isso uma série de problemas associados à ação antrópica que leva um declínio dos estoques de pesca, agravando um estado de crise da atividade pesqueira na costa do país. Dentre os principais fatores responsáveis pela crise temos:

(I) o crescimento desordenado da atividade ao longo da história, (ii) o esforço focado nos recursos marinhos e concentrado num pequeno grupo de recursos tradicionalmente explorados, (III) a falta de planejamento do setor, (IV) a reduzida produtividade da costa brasileira, (V) a abundância relativamente baixa dos recursos pesqueiros marinhos (VI) o uso de métodos inadequados de captura, sendo muitas vezes predatório, (VIII) o desconhecimento do potencial produtivo e das características biológicas básicas de muitos recursos, (IX) poluição costeira por ação antrópica (X) setor produtivo com baixo nível de conscientização dos limites naturais de exploração sustentável, (XI) a política pesqueira e incentivos econômicos centralizados na pesca industrial, entre outros (SILVA, 2014, p.13).

Esses problemas se agravam gradativamente, forçando, muitas vezes, práticas proibidas de pesca. As comunidades pesqueiras que praticam a pesca artesanal, geralmente, demonstram maior preocupação com a sustentabilidade dos recursos, pelo respeito à natureza como fonte de alimento e reprodução social. Sobre as pesquisas a respeito da atividade de pesca artesanal. Diegues (1999) apresenta em seu trabalho “A Sócio-Antropologia das Comunidades de Pescadores Marítimos no Brasil” um breve levantamento da produção de pesquisas interdisciplinares nas ciências sociais em torno da temática das comunidades pesqueiras. Para o autor, o número de estudos das culturas litorâneas, até a década de 60 foi baixo, porém, há um destaque para os trabalhos dos antropólogos Pierson e Teixeira em 1947, e Gioconda Mussolini em 1955 que descreveram o modo de vida e técnicas de pesca utilizadas pelos pescadores-caiçaras do litoral do Estado de São Paulo.

As décadas de 1950 e 1960 recebem contribuições da geografia humana, e, a partir do final da década de 1960 e meados de 1970. Diegues (1999) esclarece que:

Alguns trabalhos de sociólogos e antropólogos ganharam densidade metodológica e teórica, enfocando, sobretudo, a questão das mudanças sociais entre os pescadores litorâneos. Nessa época, a pesca e as comunidades de pescadores começaram a ser percebidas dentro de um contexto mais amplo da sociedade nacional, da penetração das relações

capitalistas no setor, dos conflitos entre pesca realizada nos moldes da pequena produção mercantil e a capitalista, etc. (DIEGUES, 1999, p.364).

Em 1971, o sociólogo Fernando Mourão em seu trabalho - *Pescadores do Litoral Sul do Estado de São Paulo* - analisa, sob o aporte weberiano, as mudanças após a imposição de uma nova racionalidade de mercado. No mesmo período, os pescadores artesanais começaram a explorar o mar aberto com utilização de embarcações motorizadas, esses fatores trouxeram entre outras coisas a mudança no sistema de comercialização do pescado e a introdução de novas técnicas de captura. Nesse contexto, o autor encontra certa ideologia da pesca com elementos de identificação com o mar e a gratificação pelo conhecimento do “domínio” do mar.

Até a década de 1980, grande parte das teses dos cientistas sociais sobre a pesca e as comunidades de pescadores era produzida em instituições de pesquisa do sul do país, a partir desse período, os estudos sobre a identidade das comunidades pescadoras, o conhecimento do mar e seus ciclos por parte desses pescadores artesanais e as mudanças nos seus modos de vida inseridas pela produção capitalista se diversificaram, inclusive geograficamente, pelo Brasil. Os estudos apontavam para um processo de modernização que ameaçavam a cultura e os espaços dessas comunidades pesqueiras, como afirma Diegues (1999):

Esse processo de modernização e pilhagem da natureza, iniciada já nos anos 60, acentuou-se nas décadas subseqüentes numa violência nunca dantes constatada nesse país. Se, num primeiro momento, essas indústrias usaram suas próprias embarcações para a pesca intensiva de espécies comerciais voltadas para a exportação (camarão, piramutaba, etc.), num segundo momento passaram a explorar também as áreas reservadas para a pequena pesca (DIEGUES, 1999, p.367).

O esforço de muitos autores pela diversidade de trabalhos sobre comunidades de pescadores no Brasil acumulou uma quantidade e qualidade de pesquisas, que apontam para o surgimento de um campo de estudo específico da pesca, ao qual Diegues (1999) chama de Sócio-Antropologia da Pesca (ou marítima). Esses estudos se utilizam, principalmente, da Sociologia e da Antropologia para analisar particularidades das comunidades pesqueiras, que embora também pratiquem agricultura e outras atividades, se distinguem das demais comunidades rurais.

As pesquisas da década de 90, com destaque para o autor Diegues, ressaltavam

o particularismo da gente do mar, seu modo de vida específico marcado por práticas sociais e culturais diferenciadas das camponesas. Essas práticas e modos de vida se constroem em relação a um meio tanto física quanto socialmente instável e imprevisível (DIEGUES, 1999, p. 371).

Algumas características das comunidades de pescadores devem ser estudadas para a compreensão desse contexto. Para Diegues (1995), a característica da subsistência tem desaparecido do litoral brasileiro, sendo mais praticada em comunidades ribeirinhas e indígenas, e é exercida simultaneamente com a caça e a lavoura; e ainda utiliza o comércio por economia de trocas. Essa característica também é encontrada na comunidade em estudo, a Pedra do Sal, que hoje não apresenta mais uma característica de produção apenas de subsistência, mas sim uma diversificação de atividades inclusive com fins comerciais, como são discutidos nos estudos dos espaços rurais.

Ao sugerir uma diversificação dos usos dos espaços rurais, Carneiro (2012) explica que houve uma ampliação considerável do leque de atividades exercidas no meio rural, entretanto, essas atividades mesmo sendo atividades econômicas devem considerar as relações sociais e os atores sociais envolvidos.

Tal diversificação dos espaços rurais, aliadas à tentativa de superar a dicotomia trazida pela caracterização do que seria rural e urbano, faz a autora sugerir a utilização da noção de territórios:

Se, então, rejeitarmos as dicotomias que terminam por um lado em função da negação do outro, ou seja, que levam a olhar um polo (o campo) através dos olhos do outro (a cidade), acabamos por aceitar o fato de que esta dinâmica pode terminar reforçando, ou mesmo engrenando, identidades territoriais apoiadas no sentimento de pertencimento a uma localidade. Essa âncora territorial é a base sobre a qual diferentes culturas locais elaboram, de uma maneira bem própria, a intenção entre as representações do “rural” e “urbano” (CARNEIRO, 2012, p. 41).

Inicialmente, o estudo dos territórios trouxe à tona uma série de inquietações sobre o meio rural, porém, disciplinas como Geografia e Ecologia consideravam muito mais a dimensão material do território do que suas vertentes subjetivas. Como explica Teixeira:

Desta feita, na perspectiva das populações tradicionais, o território passou então a ser percebido não mais unicamente enquanto área controlada para usufruto dos recursos naturais, mas como conjunto de referentes espaciais indissociáveis na criação e recriação de mitos e símbolos de um grupo,

respondendo inclusive pela própria definição deste enquanto tal (TEIXEIRA, 2008, p. 244).

Teixeira (2008) explica como o estudo das questões subjetivas desses territórios contribuiu para a compreensão desses espaços, pois agora não são apenas lugares de utilização dos recursos naturais para sobrevivência humana, mas também um conjunto de elementos naturais e culturais indissociáveis que garante a produção e reprodução de um determinado grupo. Assim, é necessário ressaltar que a categoria “pescador artesanal” diz respeito não só a profissão exercida, por trazer também um debate importante sobre as populações tradicionais e a sua defesa na permanência e reprodução territorial em seus locais de origem.

Essa permanência em seus territórios tem mobilizado comunidades na luta pela defesa dos seus direitos. Algumas políticas surgiram para defesa da categoria, porém a pressão das forças desenvolvimentistas que anseiam os espaços ocupados pelas comunidades litorâneas, acaba vencendo essas resistências.

Embora sejam constantemente invisibilizados, de acordo com a FAO, atualmente 90% da mão de obra do setor de captura de pescados provém da pesca artesanal, que produz - aproximadamente - a metade de toda a captura global. Apesar da sua importância, os pescadores muitas vezes atuam em áreas remotas com participação desleal ao mercado e pouco acesso à saúde e educação formal.

Muitas políticas foram criadas na tentativa de diminuir a desigualdade dessa categoria, um exemplo é o seguro que esses pescadores recebem, ou seja, a política do uso do seguro-desemprego, vulgarmente chamado de “seguro-defeso” para a pesca artesanal; que foi aprovada em 1991 e, desde então, passou por algumas modificações.

Ao analisar o Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal e possíveis benefícios para a gestão pesqueira, Neto (2017) afirma que o Brasil possui mais de um milhão de pescadores artesanais, onde, em 2014, 904.550 pescadores eram beneficiários desse seguro, como apresentado por ele no Quadro 2. De acordo com Neto (2017), apesar das críticas ao modelo do seguro, e mesmo existindo fraudes e irregularidades, ele teve papel importante tanto do ponto de vista ambiental, quando auxiliou na proteção de espécies aquáticas no período importante de reprodução; já do ponto de vista social, é capaz de tornar menos invisíveis os pescadores artesanais através do registro dos mesmos.

Quadro 2: Beneficiários do Seguro-Defeso, por Região e UF, em 2014.

REGIÃO	Beneficiários 2014	UF	Beneficiários em 2014	Participação %	
89%	NORDESTE	481.592	Pará	185.545	20,50
	NORTE	324.258	Maranhão	178.569	19,73
	SUDESTE	48.474	Bahia	149.541	16,54
	SUL	34.502	Amazonas	92.550	10,23
	CENTRO-OESTE	15.824	Sergipe	35.765	3,95
	BRASIL	904.650	Piauí	35.471	3,92
			Alagoas	26.904	2,97
			Paraíba	23.505	2,60
		Santa Catarina	18.434	2,04	
		Amapá	17.775	1,96	
		Demais UFs	140.591	15,54	
		Brasil	904.650	100,00	

67%

Fonte: MTE
Elaborado pelo autor

Fonte: Neto (2017, p. 32).

Quanto ao Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP trata-se de um instrumento do poder executivo para legalizar o exercício da atividade pesqueira, com o credenciamento das pessoas físicas ou jurídicas e também das embarcações para exercerem essas atividades (BRASIL, 2016). O RGP foi criado pelo Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 e ratificado pela Lei nº 11.959, de 26 de junho de 2009, conhecida como a “nova lei da pesca”.

Trata-se de um instrumento do Governo Federal que visa a contribuir para a gestão e o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira, bem como permite ao interessado o exercício das atividades de pesca e aquicultura, em toda a sua cadeia produtiva. Ou seja, O RGP é um instrumento do poder executivo que permite legalizar os respectivos usuários para o exercício da atividade pesqueira, com o credenciamento das pessoas físicas ou jurídicas e também das embarcações para exercerem essas atividades (BRASIL, 2016).

Portanto, é função do RGP reunir as informações de todos os que lidam com a atividade pesqueira, são eles: Aprendiz de Pesca; Pescador Profissional, Pescador Profissional na Pesca Artesanal e Pescador Profissional na Pesca Industrial; Armador de Pesca; Embarcação de Pesca; Indústria Pesqueira; Pescador Amador ou Esportivo; Organizador de Competição de Pesca Amadora ou Esportiva; Aquicultor; Comerciante de Organismos Aquáticos Vivos.

Atualmente o órgão responsável pelo RGP é o Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA e cabe a este órgão:

(...) organizar e manter o Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP e, por conseguinte, conceder licenças, permissões e autorizações para o exercício da pesca comercial, artesanal, amadora e da aquicultura, para a captura de espécies altamente migratórias, espécies subexploradas ou inexploradas e espécies sobreexploradas ou ameaçadas de sobreexploração, para a realização de competições de pesca amadora, assim como autorizar o arrendamento e a operação de embarcações estrangeiras de pesca onde a lei permitir (BRASIL, 2009).

As modificações tecnológicas das técnicas de pesca, a evolução institucional, as mudanças sociais e ambientais as quais o país passa, e os interesses políticos têm feito às normas quanto à atividade pesqueira se adequar a realidade, à medida que o tempo passa. Nesse contexto, foi criado também o Sistema Informatizado do RGP – SisRGP, módulo integrante do Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura – SINPESQ, criado pelo Decreto nº 1.694, de 13 de novembro de 1995. No momento, os procedimentos para inscrição no RGP são regulados pelos seguintes atos normativos:

Instrução Normativa Nº 03, de 12 de maio de 2004 - Estabelecer normas e procedimentos para operacionalização do Registro Geral da Pesca - RGP, no âmbito da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência República - SEAP/PR. Instrução Normativa Nº 09, de 29 de junho de 2005 - Preços Públicos dos Serviços do MPA no âmbito da Atividade de Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa Nº 06, de 19 de maio de 2011 - Dispõe sobre o Registro e a Licença de Aquicultor, para o Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP. Instrução Normativa Nº 06, de 29 de junho de 2012 - Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a inscrição de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira na categoria de Pescador Profissional no âmbito do MPA. Portaria Nº 39, de 23 de julho de 2012 - Aprova modelo do Formulário de Requerimento de Licença de Pescador Profissional (BRASIL, 2009).

Diante das modificações ocorridas na atividade pesqueira em geral, torna-se crucial a tentativa de caracterizar o grupo em estudo nesta pesquisa, que são os pescadores artesanais.

1.2 O PESCADOR ARTESANAL

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO, no Brasil a pesca artesanal está associada à pesca em pequena escala. O Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015 (que regulamenta o parágrafo

único do art. 24 e o art. 25 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009) estabelece que trabalhador e trabalhadora de apoio à pesca artesanal é:

(...) pessoa física que, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, exerce trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, de reparos em embarcações de pesca de pequeno porte ou atua no processamento do produto da pesca artesanal (BRASIL, 2009).

Porém, a definição de pescador artesanal deve envolver mais do que os aspectos legais, ela deve incorporar aspectos econômicos, políticos e sociais, pois estes possuem modos de vida diferenciados dos demais tipos de pescadores, além de: “adotarem técnicas de captura e instrumentos de pesca também diferenciados, é a pesca quem comanda a vida desses pescadores na maior parte do tempo.” (ANDREOLI, 2007, p.14); ou seja, o seu modo de vida, relações sociais e relações econômicas geralmente giram em torno da atividade pesqueira.

Para Diegues (1983, p.193), o pescador artesanal para ser definido não se deve apenas observar se este tem como principal atividade econômica a pesca, mas sim, a capacidade de dominar plenamente os meios de produção da pescaria, isto é, possuem “controle de como pescar e do que pescar, em suma, o controle da arte da pesca”. Ainda segundo esse autor, o pescador artesanal aprende com a percepção do meio e com os problemas que enfrenta, e reúne todo esse conhecimento àqueles recebidos por gerações para depois passá-los a seus filhos e netos, logo, aprendem com a experiência dos mais velhos acrescentando a sua própria experiência. Nesta sensibilidade e percepção está ancorada a sua capacidade de adequação às mudanças ambientais.

A pesca de características artesanais é realizada dentro dos moldes de pequena produção mercantil, como explica Diegues (1995, p.57), embora seja um tipo de pesca simples, ela é realizada com objetivo de venda, assim, o pescado adquire valor comercial de mercado. Por se tratar de venda do pescado, outras pessoas acabam ajudando com a preparação e/ou venda desse pescado, o que sugere uma divisão social do trabalho, geralmente de participação familiar, esse tipo de atividade utiliza equipamento de tecnologias tradicionais e que possuem baixo poder predatório.

Quanto à divisão social do trabalho, muitos aspectos devem ser observados mais atentamente, um deles é a participação da mulher na atividade pesqueira,

mesmo que não seja a intenção deste trabalho analisar os anseios das questões de gênero, é relevante destacar a presença feminina incontestável na reprodução do modo de vida pesqueiro. Maneschy (2002 apud GEISDOEFER, 1992) declara que estudar as práticas, as técnicas sociais, simbólicas de pescadores de comunidades ou sociedades marítimas também é: “estudar as relações homens-mulheres, a divisão sexual do trabalho, as relações familiares, o estatuto e as funções assumidas pelas mulheres no seio destas comunidades e sociedades”.

Por muito tempo o entendimento do papel da mulher na pesca era muito restrito, uma vez que elas se ocupavam mais das tarefas domésticas e complementavam a renda com: turismo, artesanato, venda de lanches e refeições e dentre outros. Diegues (2004), porém, mostra que hoje as mulheres já despontaram através do trabalho ou da luta pelos seus direitos, também atuando diretamente no setor pesqueiro, instigando instituições e a própria comunidade a incluírem o fazer feminino como importante elemento do mundo pesqueiro.

Então, observa-se que a mulher já conquistou avanços na legislação previdenciária e está cada vez mais presente em associações, colônia de pesca e discussões sobre a pesca artesanal; todavia, ainda hoje as mulheres praticam um trabalho predominantemente desembarcado.

Vale mencionar que a pesca, do mar-de-fora, é uma atividade exclusivamente masculina não tendo, assim, participação feminina. Aliás, isso é um fenômeno universal, pois os marítimos acreditam que as mulheres não são portadoras de boa sorte e frágeis para enfrentar o oceano, o que lhes coube o conserto das redes, a coleta de pescados - nas margens do estuário - e a comercialização da produção pesqueira (RAMALHO, 2007, p.29).

Tal divisão do trabalho é sempre feita de acordo com cada comunidade, apesar das muitas semelhanças culturais, cada grupo possui seu modo, desafios e características particulares. Diegues (1995) analisa os pescadores em dois subtipos: o pescador-lavrador e o pescador de pequena produção mercantil ampliada. Os pescadores-lavradores são pequenos produtores que tem a pesca como uma atividade complementar, organiza sua produção por safras de acordo com os ciclos da natureza e, geralmente, não possuem embarcações motorizadas; pela sua diversidade de atividades, muitas vezes é associado ao campesinato.

O que se observa, em geral, é uma simplicidade na tecnologia utilizada e um baixo custo da produção, as relações de trabalho são formadas por relações de

parentesco e compadrio, não existe vínculo empregatício entre a tripulação e o dono do barco; e quanto ao produzido, parte do peixe capturado é consumida pela família e parte comercializada (MALDONADO, 1986).

Já os pescadores de pequena produção mercantil ampliada são pescadores artesanais que tem a pesca como sua principal fonte de renda, possuem sistemas de partilha do pescado diferenciada entre os tripulantes por possuírem divisão do trabalho mais complexa, baseado na propriedade de equipamentos. Esse grupo se apropria de um melhor avanço tecnológico, isso é demonstrado pelo uso de embarcações motorizadas, redes de náilon, novas formas de armazenamento do pescado etc.

A relação de espaço desses pescadores também tem uma característica particular que é a separação da natureza em dois mundos: o do mar e o da terra. “A diferenciação entre esses universos constitui uma importante base de classificação, uma vez que animais e plantas são pensados e ordenados segundo o fato de pertencerem a um ou outro domínio” (SILVA, 2000, p. 4). A relação de convivência desses pescadores com os seres que vivem em terra são ordenados segundo critérios de proximidade social, utilidade, nocividade e humanidade, “aqueles que habitam o mar são vinculados ao seco por relações analógicas, de modo que esse mundo é percebido como uma imitação da terra, o que é reforçada pela semelhança de formas existentes entre os seres dos dois ‘reinos’” (SILVA, 2000, p. 4).

Silva (2000) também reforça elementos importantes sobre o mundo do mar, como o aspecto de luta e sofrimento, resultantes de um constante lidar com as adversidades, a imprevisibilidade do mar tem conexão com a relação de respeito do pescador artesanal com a natureza, o pescador acredita na “força da natureza” explicando os fenômenos como instrumento de uma vontade divina.

O mar para muitas comunidades de pescadores é considerado uma entidade viva e dela é retirada sua subsistência. Essas comunidades, segundo Diegues (1983), têm uma percepção complexa do meio-marinho e seus fenômenos naturais, essa percepção está ligada a um vasto conhecimento empírico pela observação dos fenômenos físicos e biológicos passados pelas gerações e enraizados de simbologias e imaginários, por se misturar com o imaginário, o conhecimento empírico dos pescadores era desvalorizado, porém, hoje esse conhecimento é amplamente explorado pela chamada Etnociência Marítima.

1.3 POVOS TRADICIONAIS, NATUREZA E CONSERVAÇÃO

Apesar da pesca artesanal corresponder a mais da metade do pescado capturado no mundo, e ser responsável ainda por empregar mais de 90% dos 35 milhões de pescadores existentes (FAO, 2010), ainda é uma prática que possui tecnologias de baixo poder predatório, e de saberes tradicionais com grande ligação com a natureza (semelhante à simbiose, como mencionado na Introdução deste trabalho), o que a torna responsável pela conservação de si própria.

Na verdade, historicamente, a vida em sociedade sempre teve estreita ligação com a natureza, porém, a relação nem sempre tem sido harmoniosa. O que se observa é uma apropriação desarmônica do ser humano ao meio natural e a sua transformação para a produção e reprodução das sociedades.

A sociedade moderna vivenciou muitas adversidades que envolviam o seu modo de relacionar-se com a natureza, sua forma de produção e reprodução do espaço mudou seu olhar sobre o conceito criado de natureza e de si mesma. Giddens (1991) defende que, com o passar dos anos, a sociedade está alcançando um período onde as consequências da modernidade estão se tornando cada vez mais radicalizadas e universalizadas.

Para afirmar a existência de uma atual crise socioambiental apoiada num modelo de sociedade moderna, capitalista, desenvolvimentista e tecnicista, Giddens elucida que:

As mudanças ocorridas durante os últimos três ou quatro séculos — um diminuto período de tempo histórico — foram tão dramáticas e tão abrangentes em seu impacto que dispomos apenas de ajuda limitada de nosso conhecimento de períodos precedentes de transição na tentativa de interpretá-las (GIDDENS, 1991, p.11).

A modernidade modificou, drasticamente, a sociedade e encontrou dentro do sistema capitalista condições favoráveis para continuar avançando até os dias atuais e se intensificando com a evolução da tecnologia. De acordo com Reigota, o meio ambiente se torna:

(...) um lugar determinado e/ou percebido, onde estão em relações dinâmicas e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade (REIGOTA, 2004, p. 21).

De fato, não é possível uma separação do natural e social, afinal, o meio ambiente criado é resultado das práticas sociais, assim, na interpretação da relação da sociedade com o meio ambiente, natural ou criado, é impossível dissociar os problemas sociais dos ambientais. Em definitivo, essa dicotomia gerada, homem-natureza, precisava ser quebrada através da reflexão da relação sociedade-natureza.

Assim, a modernidade trouxe de um lado uma relação desequilibrada do ser humano com a natureza e de outro a capacidade de refletir sobre esse desequilíbrio pelos próprios problemas que acabam sofrendo por esse desequilíbrio. Pádua e Lago (2004) explicam que:

A ação da espécie humana, contudo, é de uma qualidade única na natureza. Pois, enquanto que as modificações causadas por todos os outros seres são quase sempre assimiláveis pelos mecanismos auto-reguladores dos ecossistemas, não destruindo o equilíbrio ecológico, a ação humana possui um enorme potencial desequilibrador, ameaçando, muitas vezes, a própria permanência dos sistemas naturais (PÁDUA & LAGO, 2004, p. 28).

De acordo com Medina (1994), a separação entre o ser humano e a natureza reflete-se em toda produção humana, em particular, na forma que o ser humano produz conhecimento baseado no atual modelo de desenvolvimento da nossa sociedade. É necessário, então, repensar valores, condutas e estilos de vida coletivos, para, assim, repensar a maneira que concebemos o mundo e a nós mesmos, e como nos relacionamos com ele.

A palavra desenvolvimento é definida pelo Dicionário Houaiss como: “ação ou efeito de desenvolver (-se); aumento da capacidade ou das possibilidades de algo; crescimento, progresso, adiantamento; crescimento econômico, social e político de um país, região, comunidade etc.”. Para Sachs (2000), desenvolvimento é uma ideia que tem norteado a ação das sociedades humanas, esse farol foi construído para definir qual o destino das nações emergentes. No entanto, a busca pelo desenvolvimento tem se mantido no mesmo patamar durante décadas, pois a luz do farol está sempre distante e as nações sempre na busca do seu alcance.

Ainda segundo Sachs (2000), o conceito de desenvolvimento não tem caráter apenas positivo, ele possui inúmeras faces, porém ele vem sendo utilizado tanto

para justificar a implantação de uma empresa, como para destruição de uma área verde ou fazer os indivíduos cederem em prol dele.

A “invenção” do desenvolvimento deu-se juntamente com a do conceito de subdesenvolvimento, quando o então presidente dos Estados Unidos da América, Truman, em seu discurso argumenta a favor da disseminação do progresso da indústria americana para os países subdesenvolvidos (ESTEVA, 2000). Nesse dia, simbolicamente, milhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas, foram marginalizados e separados de uma minoria homogênea e limitada (ESTEVA, 2000). Esse é um marco importante na busca de um modelo de desenvolvimento onde todo o planeta busca chegar a patamares ditados pelos chamados países desenvolvidos, que por sua vez buscavam mais desenvolvimento distanciando-se cada vez mais dos países subdesenvolvidos.

O que se entende desse contexto é que a ideia de desenvolvimento foi criada, e disseminada para o mundo, através de um grupo que se qualifica como desenvolvido e nega qualquer ação contrária a esse modelo, assim, na maioria das vezes o termo tem se referido à capacidade de produção e de gerar riquezas e consumo de um país. Durante anos essa era a grande bandeira do desenvolvimento que norteava todas as nações a buscarem esses caminhos, esquecendo a preocupação com o meio natural e o meio social.

A relação entre este modelo de desenvolvimento e a degradação socioambiental está cada vez mais evidenciada, indicando para uma crise socioambiental, o que se tem observado é o aumento do desmatamento, o desajuste do efeito estufa, a ameaça de extinção de animais, o uso excessivo de agrotóxico e o conseqüente envenenamento da população, a exploração de trabalhadores, má distribuição de renda, entre muitos outros problemas.

Estes problemas já eram discutidos na década de 1960 e ganham força na década seguinte, possibilitando uma grande abordagem sobre o assunto no nível mundial. Um exemplo inicial dessa preocupação foi a Conferência de Estocolmo de 1972, ou Clube de Roma, que propôs o congelamento do crescimento na busca de uma estabilidade econômica e ecológica, esta tese de crescimento zero, causou um ataque aos desenvolvimentistas industriais (BRÜSEKE, 2001).

Ainda na década de 1970, surge o termo ecodesenvolvimento como um conceito para concepções alternativas às políticas do desenvolvimento, cujos princípios básicos seriam:

a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas, e f) programas de educação (BRÜSEKE, 2001. p. 31).

Observa-se que os princípios básicos do ecodesenvolvimento fazem uma crítica ao modelo de crescimento vigente naquele momento, e pode ter sido o termo predecessor do desenvolvimento elaborado pelo Relatório Brundtland em 1982, onde: “o conceito de desenvolvimento sustentável fornece uma estrutura para a integração de políticas ambientais e estratégias de desenvolvimento – sendo o termo ‘desenvolvimento’ aqui empregado no sentido amplo” (BRUNDTLAND, 1991. P. 43). O relatório apresentou uma lista de ações que devem ser tomadas pelo o Estado nacional e metas para as diversas instituições internacionais.

Para o relatório de Brundtland, o desenvolvimento sustentável “é aquele que atente às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1991, p. 46). Tanto que o termo desenvolvimento sustentável foi disseminado em larga escala após Brundtland, e foi ganhando muitas conotações e absorvendo muitos sentidos de acordo com as discussões; inclusive muitas perspectivas do termo surgiram, como a “sustentabilidade”. Nascimento (2012) declara em um breve parágrafo que o surgimento da noção de sustentabilidade teria origens na Ecologia e na Economia, e apresentavam percepções distintas:

A noção de sustentabilidade tem duas origens. A primeira, na biologia, por meio da ecologia. Refere-se à capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas (resiliência) em face de agressões antrópicas (uso abusivo dos recursos naturais, desflorestamento, fogo etc.) ou naturais (terremoto, tsunamis, fogo etc.). A segunda, na economia, como adjetivo do desenvolvimento, em face da percepção crescente ao longo do século XX de que o padrão de produção e consumo em expansão no mundo, sobretudo no último quarto desse século, não tem possibilidade de perdurar. Ergue-se, assim, a noção de sustentabilidade sobre a percepção da finitude dos recursos naturais e sua gradativa e perigosa depleção (NASCIMENTO, 2012, p. 51).

O’connor observa que a palavra sustentável tem sido utilizada em larga escala, incluindo os meios de produção, o termo pode ter qualquer sentido inclusive pode ser usado para chamar atenção, pois como pensar em um mecanismo

econômico de exploração da natureza e ao mesmo tempo preservá-la? Para o autor, estamos em luta de escala mundial sobre como será definido e utilizado o termo desenvolvimento sustentável, pois é uma questão ideológica e política, antes de um problema ecológico e econômico (O'CONNOR, 2002).

Por hora, o que interessa compreender nesta pesquisa é o contexto do desenvolvimento que hoje ocorre no Brasil, por vezes usa elementos de sustentabilidade para se justificar, mas trata-se de um modelo de desenvolvimento econômico e capitalista que vem interferindo nos territórios de forma cada vez mais intensa. Nos resultados de estudos de Gehlen (2014) ela afirma que:

Esse modelo de desenvolvimento focalizado no território estrutura a produção, a reprodução social e o espaço. Nesse sentido, observa-se que o discurso do setor privado parece ter a primeira e a última palavra na modificação do território (GEHLEN, 2014, p. 419).

A autora observa grandes investimentos do setor privado, principalmente na área rural, que, como vimos anteriormente no desenvolvimento deste texto, é marcado pela prenoção de atraso e reforçado pelo discurso desenvolvimentista com intenção de se instalar e explorar esses territórios. Para esta autora estes investimentos:

(...) ao mesmo tempo que emergem como um dos grandes negócios da economia capitalista, apresentam problemas na área da degradação ambiental, abrindo possibilidades para conflitos socioambientais pelo acesso aos recursos naturais. Tal relação entre território e desenvolvimento ocorre dentro de uma forma de dominação institucionalizada por meios de políticas públicas que vêm promovendo uma mudança no modo como se organizam a desigualdade e o aumento da pobreza rural (GEHLEN, 2014, p. 419).

Assim, pelo ponto de vista de Gehlen a relação de organizações privadas e instituições de políticas públicas com os territórios no campo socioambiental são conflituosas. Esse assunto será abordado mais adequadamente no próximo tópico de estudo deste trabalho de dissertação. O que pode se concluir, neste primeiro subcapítulo, é que a modernidade continua avançando sobre a sociedade e a natureza devido à força do seu sistema econômico, ao que parece “o pré-capitalismo e o capitalismo teriam limitado as capacidades de relacionamento do homem com a natureza” (ALMEIDA JUNIOR, 2001, P.142).

Os movimentos surgidos demonstram a crítica ao modelo de desenvolvimento econômico altamente concentrador de renda e destruidor da natureza.

Uma nova modalidade de conservação surgiu da associação entre movimentos sociais que lutam pelo direito de acesso a terra e aos recursos naturais por camponeses, pescadores, ribeirinhos, povos da floresta e de setores do ambientalismo do Terceiro Mundo para os quais a crise ambiental está profundamente associada à crise do modelo de desenvolvimento, à miséria crescente e à degradação ambiental (DIEGUES, 2001, p.38).

Os autores apenas reforçam a preocupação atual nas questões ambientais, onde o ser humano, enquanto modificador do meio natural, para garantia de produção e reprodução social necessita garantir a sua própria sobrevivência repensando e buscando a compreensão da sua atuação na natureza; diante do exposto, a construção do conhecimento entende que não se trata apenas na existência da humanidade estar atada à natureza, mas sim, que o homem é parte desta, o homem, portanto, é um ser natural que tem capacidade de através do meio que está inserido de autoproduzir.

Do ponto de vista de Diegues (2001), essa preocupação com a crise socioambiental causada pela ação do homem fez surgir, dentro da ideologia preservacionista, uma visão que o homem é necessariamente apenas destruidor da natureza.

Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. O homem seria, desse modo, um destruidor do mundo natural e, portanto, deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitariam de uma "proteção total" (DIEGUES, 2001, p.38).

Para Diegues (2001), isso foi o principal agravante da separação humana com a natureza, esse equívoco causou muitos conflitos, como, por exemplo, durante a criação das primeiras unidades de conservação - UCs, onde ocorreu a expulsão de muitas comunidades tradicionais de seus territórios ancestrais.

Apesar de importar modelos americanos, o Brasil já evoluiu um pouco a legislação referente às UCs tornando-as menos restritivas, porém essas restrições causam muitos embates quando restringem o exercício das atividades tradicionais de extrativismo, caça e pesca dentro das áreas protegidas. Diegues (2001, p.21) declara que a lenta mudança acontece, "principalmente, por causa dos interesses

corporativistas dos ‘preservacionistas puros’, ainda entrincheirados nas instituições ambientalistas governamentais e não-governamentais.”.

O que deve ser aprendido com a experiência de outros países é que o afastamento dessas pessoas dos seus territórios evidenciou a importância das mesmas para a conservação desses espaços, pois devido à ineficiência de fiscalização esses locais passaram a ser alvo de atividades criminosas exploratórias, frutos de invasões ilegais. Outro aspecto foi a “perda de grande arsenal de etnoconhecimento e etnociência, de sistemas engenhosos de manejo de recursos naturais e da própria diversidade cultural” (DIEGUES, 2001, p.19) e muitas vezes o problema em realocar e reassentar essas populações; com isso Diegues (2001, p.19) avalia que: “quase nunca os governos avaliam os impactos da criação de parques sobre o modo de vida dos moradores locais que, muitas vezes, tinham sido responsáveis pela preservação das áreas naturais”.

Por fim, os novos estudos revelam muitos avanços quanto ao modo de perceber a conservação ambiental. O que se espera é que o conhecimento tradicional, e, sobretudo as técnicas de manejo patrimoniais, sejam reconhecidos como uma forma legítima de garantir os recursos naturais para futuras gerações, para resolução de conflitos entre populações tradicionais e as sociedades conservacionistas.

1.4 PERCEPÇÃO DE RISCO E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL

O termo “risco” geralmente é associado ao sentido de perigo e vulnerabilidade, porém ele pode também significar oportunidade, as incertezas e as escolhas entre oportunidades e perdas é algo inerente à história do ser humano. As condições de vida primitiva eram marcadas pela exposição da raça humana às adversidades da natureza, por exemplo, a ocorrência de ataques de animais selvagens ou fenômenos como: tempestades, secas ou inundações.

Com a revolução tecnológica e científica, esperava-se a diminuição ou controle desses riscos, porém, para Beck (2006), paradoxalmente, o desenvolvimento da ciência tem sido criticado nesse sentido, pois, as necessidades produtivas impostas pela sociedade moderna têm na verdade, criado outros riscos à existência humana.

No contexto de grandes revoluções, as quais a humanidade passou, a mais impactante foi a Revolução Industrial, como explica Silva (2011, p.42), com a revolução industrial: “rompe-se de uma vez por todas a tênue linha que permanecia entre o ser humano e a natureza quando se desenvolvem técnicas cada vez mais extensivas de exploração do meio ambiente natural para favorecimento da produção de bens”, e assim, a busca constante pelo desenvolvimento e progresso tornam os riscos cada vez mais difíceis de prever e controlar; onde os processos tornam-se complexos e desconhecidos, quebrando a relação de confiança neles e em suas instituições.

Nesse processo, o papel das Ciências Sociais seria os estudos desses fenômenos com finalidade de percepção e prevenção, afinal, como afirma Giddens (2003): “o risco é a dinâmica mobilizadora de uma sociedade propensa à mudança, que deseja determinar seu próprio futuro em vez de confiá-lo à religião, a tradição ou aos caprichos da natureza” (GIDDENS, 2003, p.34). Essas mudanças também significaram vantagens e avanços, como, por exemplo, o aumento da expectativa de vida para os seres humanos ou a possibilidade de mobilidade social.

Porém, o capitalismo tem uma característica excludente e segmentadora, fazendo com que os benefícios da modernidade não cheguem de maneira homogênea a todas as classes de indivíduos, e além de não alcançarem as vantagens, ainda recebem os malefícios, isso deixa uma grande parcela da população mundial em situação de risco e vulnerabilidade.

Apesar disso, Giddens (1991, p.111) chama atenção para alguns aspectos ameaçadores das circunstâncias em que vivemos hoje, a possibilidade de ocorrência de eventos de grande abrangência e intensidade, como: a ocorrência de guerras nucleares, calamidades ecológicas, explosão populacional incontrolável, colapso do câmbio econômico global ou outras catástrofes globais potenciais; que acabam oferecendo perigo para todos, mostrando que existe também uma tendência globalizante no risco, e da chamada sociedade global do risco. Para Guivant (2001, p.96): “o conceito de sociedade de risco se cruza diretamente com o de globalização: os riscos são democráticos, afetando nações e classes sociais sem respeitar fronteiras de nenhum tipo”.

Os riscos globalizados, como esclarece Beck (1997), não respeitam divisões entre ricos e pobres ou entre regiões do mundo, não respeitando nenhum tipo de fronteira. Nesse sentido, Giddens (1991) ressalta que: “isto não deve nos cegar para

o fato de que, em condições de modernidade, como no mundo pré-moderno, muitos riscos são diferentemente distribuídos entre os privilegiados e os despossuídos” (GIDDENS, 1991, p.112-113); o que está em jogo, nesse caso é o enfraquecimento da confiança dos indivíduos leigos com os sistemas peritos. Giddens (1991) explica os sistemas peritos da seguinte forma:

Por sistemas peritos quero me referir a sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje. A maioria das pessoas leigas consulta "profissionais" — advogados, arquitetos, médicos etc., — apenas de modo periódico ou irregular. Mas os sistemas nos quais está integrado o conhecimento dos peritos influencia muitos aspectos do que fazemos de uma maneira contínua (GIDDENS, 1991, p. 44).

Para Giddens (1991, p.44), a relação entre conhecimento perito e conhecimento aplicado em ações leigas está correlacionada com a reflexividade da modernidade, que está diretamente envolvida com a contínua geração de autoconhecimento sistemático. Através da reflexividade da vida moderna surgem as tensões entre confiança e desconfiança das promessas de segurança, difundidas por instituições modernas e, geralmente, apoiadas por sistemas peritos.

A tensão aí tratada é entre a autoridade dos especialistas e a desconfiança de indivíduos leigos, porém, Guivant (2001) atenta ao fato que não se trata apenas de um conflito entre leigos e peritos, podendo envolver outros elementos como: influências políticas, poder das corporações, velocidade da mudança tecnológica, problemas éticos, efeitos econômicos diversos. Pois como afirma Giddens (1991): “a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando, assim, constitutivamente seu caráter” (GIDDENS, 1991, p. 45).

Apesar disso, o que tem acontecido é que o processo para definir a existência ou não de risco, exclui a participação de indivíduos leigos, uma vez que são apontados como incapazes de racionalizar entre as melhores escolhas, e essa tarefa seria melhor executada pelos peritos.

Para desconstruir essa dicotomia criada entre leigos e peritos, tanto Silva (2011) quanto Guivant (2001) analisam que o conhecimento perito e o conhecimento leigo são apenas duas formas diferentes de racionalidade, não aceitando a ideia que o posicionamento leigo esteja apoiado na irracionalidade ou ignorância, mas numa

racionalidade apoiada em seus valores e cultura. A análise da contraposição ou complementação dessas formas de racionalidades oferecem indicadores importantes no objetivo maior, que é formulação de ações contra ameaças a uma forma de vida.

A subjetividade de se perceber um risco deve considerar também o julgamento individual desses autores, pois, o contexto social que influencia esse indivíduo afeta o seu julgamento, portanto, a percepção é uma construção social, e pode ter diferentes significados em cada grupo social. Freitas (2000) diz que a análise social dos riscos é importante para reconhecer os elementos que contribuem com o processo de decisões, e buscar mediações entre as posições através da análise de percepções. A percepção de risco seria como o público leigo reage a uma situação que lhes indica risco, mesmo os especialistas ofereçam uma garantia de segurança.

Ao analisar o contexto de percepção de risco, Silva (2011, p.53) afirma que a “percepção de risco diz respeito à capacidade dos agentes em reconhecer fatores que possam expô-los ao risco numa variável gama de situações que envolvem desde as atividades ligadas ao ambiente de trabalho, ao lazer, à moradia, etc.”. Portanto, apesar de leigos dos conhecimentos técnicos científicos, esses agentes podem - inclusive - contribuir com a análise de risco, com informações de reconhecimento do território como são as análises de risco ambiental.

Apesar da existência de muitas formas de risco, como: riscos econômicos, financeiros e sociais; o texto pretende aprofundar-se nos riscos ambientais e sociais percebidos por uma comunidade. Os riscos ambientais geralmente são acelerados pela ação antrópica e estão associados a outros, inclusive nas suas relações entre causa e efeito.

Quanto aos tipos existentes de riscos, Mendes (2015) salienta que qualquer taxonomia nesse sentido é redutora, e entende-se que esses riscos podem ser mistos, porém, para melhor compreensão de contextos de comunidades afetadas, ele utiliza três principais tipos de risco: natural, tecnológicos e sociais.

Os riscos naturais são explicados por Mendes (2015) - apoiado em Alexander (1995) - como eventos físicos que têm impactos nos seres humanos e no seu ambiente, a citar: avalanches, erosão costeira, seca, terremotos, cheias, queda de raios ou tempestades; e podem ser potencialmente acelerados pela ação do homem.

Os riscos tecnológicos, geralmente, tratam de impactos das tecnologias aos recursos naturais de subsistência de uma comunidade ou sua desestruturação de alguma forma, geralmente estão ligados à atividade industrial ou comercial. Já os riscos sociais geralmente são entendidos como os riscos que têm origem nas perdas das pessoas e dos grupos sociais de direitos básicos, associados com o que o Estado providencia, geralmente estão ligados aos processos de modernização e globalização.

Na abordagem de risco, o presente trabalho, percebeu a influência dos três riscos, que são de influência do sistema sócio-técnicos-ambientais (STAs). Para Porto (2007):

Nos STAs confluem sistemas técnicos (tecnologia produtivas, de consumo ou relacionados à infra-estruturas urbanas, de moradia e circulação), humanos (pessoas e comunidades em neles atuam, circulam e podem estar expostas aos riscos, bem como as organizações existentes) e ambientais (entendidos como os sistemas que produzem ou afetam os mecanismos vitais de suporte à vida, como o ar, a água e os alimentos) (PORTO, 2007, p.31).

No estudo de como a modernidade afeta a vida de pescadores na Comunidade Pedra do Sal, é possível identificar, mesmo que de forma preliminar, os riscos ambientais, tecnológicos e sociais entrecruzados. Como vimos anteriormente, os riscos acabam gerando tensões entre leigos e o sistema perito, criando um ambiente de confiança ou desconfiança das instituições. A quebra da credibilidade ao sistema perito pode ser explicada pela quantidade de informações mascaradas e omissão de efeitos negativos, usado como estratégias para convencer comunidades à aceitabilidade de certas situações.

Na problematização dos riscos da modernidade, Giddens (1991) e Beck (1997) apontam a possibilidade de conflitos entre peritos e leigos diante dos efeitos dos riscos ambientais e tecnológicos sobre as comunidades. Por sua vez, essas comunidades, pela perda de confiança nos peritos, inicia uma busca por apropriação de conhecimentos, o que gera uma ação reflexiva sobre suas realidades, essa reflexividade é constantemente alimentada por novas informações que podem surgir; trata-se de uma capacidade cognitiva desses atores sociais que lhes permite conhecer, causar e refletir sobre consequências.

Para Giddens (1991, p.120-122), tanto peritos quanto leigos demonstram reações e adaptações diferentes, até mesmo peritos tendem a estar tão divididos

entre eles do que os indivíduos menos informados. Segundo o autor, as reações de adaptação possíveis parecem ser quatro: aceitação pragmática, otimismo sustentado, pessimismo cínico e engajamento radical.

A aceitação pragmática parte da ideia que o mundo moderno está fora de controle de qualquer um, de forma que tudo que pode ser planejado e executado é apenas para ganhos temporários, ora, se o mundo está fora de controle, precisamos tirar vantagens disso.

No otimismo sustentado existe uma persistência nas atitudes do Iluminismo, onde prevalece à fé que a ciência e a racionalidade encontrarão saídas e soluções aos problemas sociais e ambientais de nossa época.

Já o pessimismo cínico reúne ideias opostas ao otimismo sustentado, e é cínico porque tem um estado de paralisia perante as situações de risco, isso é uma forma de amortecer os impactos emocionais das ansiedades, afinal, segundo essa reação, faça-se o que se fizer, tudo vai dar errado.

A última reação é o engajamento radical, como o nome sugere trata-se de uma contestação prática contra as fontes dos riscos, essa postura é apoiada na ideia que mesmo cercado por graves problemas, podemos nos mobilizar para reduzir impactos ou para transcendê-los. Ainda de acordo com Giddens (1991), um veículo importante dessa reação são os movimentos sociais.

O que foi analisado até aqui são características da sociedade de risco que, segundo Beck (2006), apresenta características já mencionadas como a chegada de um momento do capitalismo onde a distribuição de males acompanha a produção de bens e riquezas, e a desconfiança nos sistemas peritos. Uma terceira característica - ainda de acordo com Beck (2006) - é a existência dos conflitos causados pela reflexividades dos riscos e das instituições.

Embora o estudo sobre conflitos esteja ligado à história humana e tenha recebido contribuições de muitas áreas do conhecimento, como a Psicologia ou a Economia, cabe, no entendimento desta pesquisa, se debruçar sobre o conceito de conflitos socioambientais advindo dos efeitos negativos da modernidade.

Os conflitos surgem através de formas antagônicas de interação entre indivíduos ou grupos e podem se manifestar de forma violenta ou não, geralmente o que está em jogo é o acesso aos recursos naturais (que são limitados); esse acesso se faz de acordo com o entendimento e/ou representação que essa natureza tem para cada grupo. Como explica Acselrad (2004, p.26), os conflitos ambientais

envolvem: “grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território.”; segundo o autor, os conflitos ambientais têm origem quando a forma de apropriação de um grupo ameaça a continuidade das formas sociais de outros grupos. Silva (2011) explica ainda que:

As relações conflitivas que têm como objeto de disputa a natureza podem ocorrer quando um grupo, ao dividir os recursos naturais de um mesmo território, se sente ameaçado por práticas de terceiros que comprometem a existência de seu modo de vida em nome dos benefícios que tais práticas possam trazer ao bem-estar de uma dada sociedade (SILVA, 2011, p.23).

Assim, o conflito pode surgir da diferença de representação que a natureza tem para cada grupo, e como explica Diegues (2001, p.63): “Torna-se, assim, necessário analisar o sistema de representações que indivíduos e grupos fazem de seu ambiente, pois é com base nelas que eles agem sobre o meio ambiente.”. Por exemplo, uma comunidade que ao se sentir ameaçada pela apropriação dos recursos de seu território, tende a tornar-se reflexiva sobre sua realidade e, assim, inicia um processo de identificação de riscos e mobilização por igualdade ambiental. Silva (2011) aponta que:

O processo de identificação dos riscos dá-se por um estranhamento no ritmo dos acontecimentos diários em que são incorporados à comunidade efeitos que passam a ser percebidos por via dos sentidos (mau cheiro, ruídos) ou pelo compartilhamento de problemas comuns no conjunto da comunidade (coceiras, doenças respiratórias, proliferação de insetos). Muito embora nem todo processo de estranhamento conduza imediatamente a uma reação coletiva ou mesmo a uma inquietação por parte dos atingidos, o fato é que a identificação desses elementos representa um indicador de uma situação adversa a ser enfrentada (SILVA, 2011, p.78).

Como já abordado, apesar do efeito globalizante da degradação ambiental apontados por Beck (1997), o ônus de séculos de exploração ambiental predatória ainda cabe a grupos sociais menos favorecidos ou minorias étnicas. O conflito pode ser uma reação desses grupos ao tratamento desigual ao uso dos recursos, onde não são beneficiados pelas vantagens do “desenvolvimento”, mas, geralmente são submetidos aos danos causados por este. O princípio que assegura que esses grupos não devem suportar a grande parcela dos impactos ambientais negativos chama-se Justiça Ambiental. Como explica Acselrad (2009) trata-se da:

(...) condição de existência social configurada através do tratamento justo e do desenvolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente

de sua raça, cor ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e aplicação de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo entenda-se a grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional da operação de empreendimentos industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais ou municipais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas (ACSELRAD, 2009, p. 16).

Segundo Herculano (2000), o conceito de Justiça Ambiental teve sua origem no final da década de 1970 - nos Estados Unidos - com uma luta iniciada pelo movimento negro, contra depósitos de lixo tóxico de indústrias poluentes em áreas habitadas pela população pobre e negra. O movimento que ficou conhecido como “racismo ambiental” denunciava a relação existente entre degradação ambiental e injustiça social.

Já a ideia de Justiça Ambiental surgiu mais tarde, pois, houve um reconhecimento que não apenas os negros eram alvos da falta de um meio ambiente sadio em virtude dessas instalações, como também os povos indígenas e comunidades de classe social baixa que eram acometidos pelos efeitos nocivos gerados. Nesse sentido, o avanço do movimento por justiça ambiental é apoiado na distribuição igualitária de riscos ambientais, independentemente de raça, cor, origem ou renda; essa ideia está também relacionada com a justiça social, uma vez que trata de questões como respeito à dignidade e igualdade.

Em síntese, Justiça Ambiental, dá um novo enfoque à questão ambiental, sendo pensada não apenas nos limites dos recursos naturais, mais como uma forma de distribuição justa de ônus e bônus dos processos modernizadores. Ceci & Kässmayer (2009) ressaltam que Justiça Ambiental é a expressão de exigência moral, pois, “o mundo (...) clama por um novo conjunto de valores, fundado nos princípios da justiça, nos princípios da equidade e igualdade entre cidadãos” (CECI e KÄSSMAYER, 2009, p.7). E a partir do conceito de Justiça Ambiental define-se a injustiça ambiental sendo:

o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (PORTO, 2004, p.122).

Constata-se que existe uma distribuição desigual do acesso aos recursos naturais e, ainda, uma imposição desigual dos efeitos negativos da produção capitalista sobre populações mais vulneráveis, ignorando a garantia ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado a todos. Nesse contexto existe uma ameaça a populações vulneráveis, oferecendo riscos, inclusive, a sociobiodiversidade. Para Marés (2002, p.48), a sociobiodiversidade trata da continuidade da vida “em sua multifacetária expressão de cores, formas e manifestações”, ou seja, é um conjunto de elementos ambientais, culturais e étnicos e suas formas de interação.

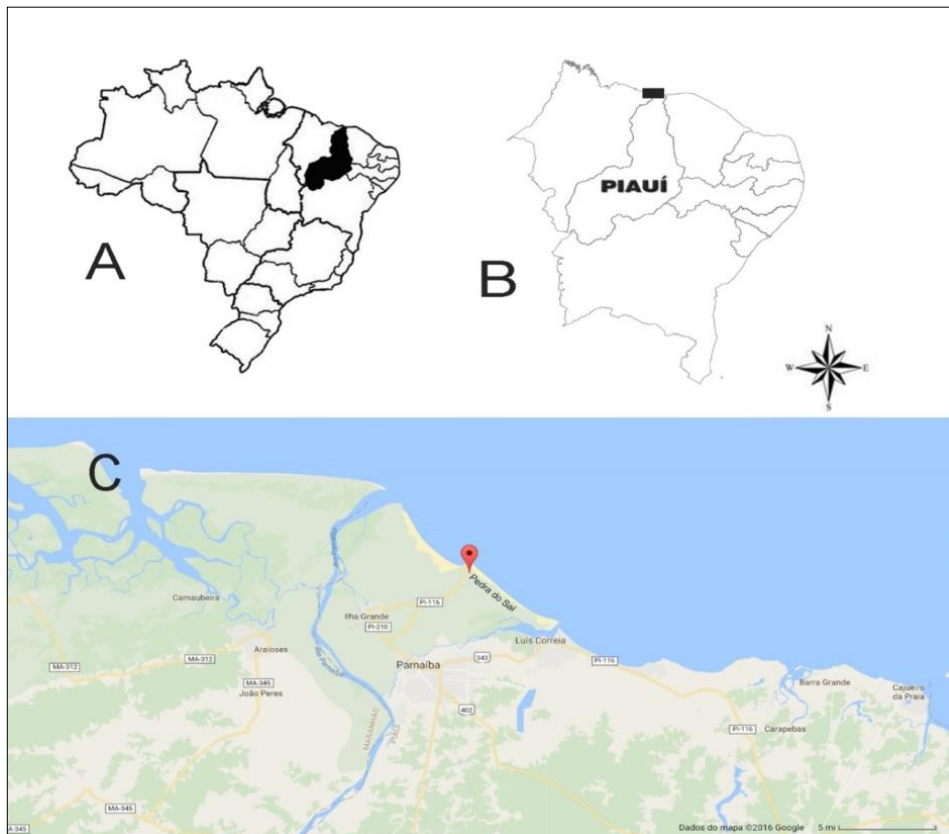
Diante do exposto, entende-se que o conflito socioambiental é relacionado com a Justiça Ambiental, e o estudo dessas é importante para se pensar o quanto as desigualdades sociais estão ligadas às questões ambientais.

A PESQUISA NA PEDRA DO SAL - PI

2.1 A COMUNIDADE PEDRA DO SAL: Aspectos Gerais

A Comunidade Pedra do Sal está situada no litoral norte do estado do Piauí, surgiu inicialmente através da atividade pesqueira, como as demais comunidades situadas nesta região. O litoral piauiense em geral possui sessenta e seis quilômetros de extensão, apesar de ser a menor faixa de praia comparado aos demais litorais brasileiros ele possui elevada multiplicidade ambiental, sendo formado por transição/interação entre Cerrado, Caatinga e sistemas marinhos (BRASIL, 2010).

Figura 1: Mapa de Localização da Praia Pedra do Sal (PI); A- Mapa do Brasil com destaque para o Piauí; B- Mapa do Nordeste com Localização da Pedra do Sal e C- Mapa Ampliado de Localização da Praia Pedra do Sal.



Fonte: Google Maps (2016) adaptado pela autora.

Quanto às informações demográficas da comunidade, os dados existentes são insuficientes para precisar a quantidade de moradores, segundo dados do

Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB (2017), da Secretaria Municipal da Saúde no PSF nº 37 (2016), na comunidade residem aproximadamente 350 famílias.

O território de trabalho possui como limites o Rio Parnaíba e o Rio Igarauçu. Este último faz fronteira natural entre os municípios de Parnaíba e Luiz Correia no Piauí, esta região seria o porto de Luiz Correia – conhecido entre os pescadores como “Quebra-mar” - porém as obras não foram concluídas. Já a porção de terra próxima ao Rio Parnaíba é conhecida pelos moradores como “Pontal”, o rio divide naturalmente os estados do Piauí e Maranhão.

Essa explicação é importante para entender muitas das falas dos entrevistados, pois os Pescadores da Pedra do Sal exercem suas atividades quase exclusivamente do mar, para isso utilizam cerca de 20km de praia como local de pesca, partida, chegada e ancoragem das embarcações. Ademais existem lagoas intermitentes que não são usadas à alguns anos por estarem secas, estas eram usadas principalmente pelas mulheres e crianças para pescar, lazer e fonte de água.

Figura 2: Farol da Pedra do Sal



Fonte: Autora, 2017.

A praia é dividida por uma formação rochosa considerada um destaque morfológico por ser “o único afloramento granítico do litoral piauiense, salienta em discreto destaque topografico, contrastando com os Campos de Dunas” (BRASIL,

2010, p. 91), nas rochas existe um farol inativo que segundo os pescadores ajuda na marcação dos pontos de pesca (Figura 2).

Essa formação rochosa é a responsável pelo nome da praia, pois ela acumula “sal nas cavidades das pedras graníticas, em virtude da evaporação das águas salgadas nelas depositadas e das suas espumas brancas” (SILVA, 2013, p. 120). As rochas também dividem a praia em dois lados, o lado manso com águas mais calmas onde os pescadores ancoram as canoas e o lado bravo, com águas mais agitadas muito utilizadas por sufistas (Figura 3), como explica Silva:

Essas pedras fazem a separação da Praia da Pedra do Sal em duas áreas com aspectos completamente distintos: uma praia a oeste, com ondas violentas que ao baterem nas pedras propiciam um belíssimo espetáculo da natureza; e outra praia a leste de mar calmo e quase sem ondas onde se atracam canoas de pescadores (SILVA, 2013, p.120).

As residências dos moradores se estendem de forma a se afastar da costa, onde não há incidência de campo de Dunas e dividindo o espaço com as estradas feitas para dar acesso aos aerogeradores de energia eólica.

Figura 3: Mapa Praia Pedra do Sal



Fonte: Google Maps (2017) adaptado pela autora.

A praia também possui 21 bares regulares e outros pontos de vendas de lanches e bebidas de menor porte funcionando de forma irregular. A maioria destes

bares pertence aos próprios moradores da Pedra do Sal, porém existem também proprietários residentes na cidade de Parnaíba. Esses bares são importantes fontes de renda principalmente para mulheres, ou como proprietárias ou como empregadas informais (Figura 4). Os bares são simples com instalações precárias sem esgoto e com problemas de abastecimento de água.

Figura 4: Bares na Praia Pedra do Sal



Fonte: Autora, 2017.

A Pedra do Sal sempre foi utilizada como balneário, é um importante lugar de lazer para a cidade de Parnaíba, demais comunidades vizinhas ou até mesmo Teresina, como afirma Oliveira (2017, p. 15) a “vila de pescadores, formada por poucas famílias e que servia apenas como balneário da cidade”, e ainda segundo o autor, após 1970 ela começa a atrair novos interesses.

Hoje, percebe-se grande interesse da gestão pública municipal e estadual na “urbanização” da orla da praia para atender às exigências do mercado turístico, mas ainda não há previsões concretas para início do projeto.

Muitos moradores já foram aos poucos incorporados na atividade turística, primeiro a venda de peixes ou refeições para visitantes, depois aluguel de quartos ou casas. Em 2014 Silva apresenta dados da existência de duas pousadas na comunidade, atualmente, através da presente pesquisa, foi possível identificar a

existência de cinco pousadas em funcionamento, duas delas têm como proprietários pescadores que aos poucos vão se distanciando da lida do mar.

O acesso a praia é feito pela Estrada Pedra do Sal, esta estrada é uma convergência da PI 116, neste trecho, opera uma empresa de ônibus regular que faz transporte de passageiros de segunda a domingo entre a Praia Pedra do Sal e o centro da cidade de Parnaíba entre os horários de 6:00h às 19:00h a cada uma hora, além deste, existe um ônibus escolar municipal que faz o transporte de estudantes da comunidade para Parnaíba.

Figura 5: Estrada para a Pedra do Sal



Fonte: Autora, 2017.

Esta estrada ainda encontra-se em fase de reforma e alargamento numa obra iniciada em maio de 2014 que tinha prazo de concluso em 180 dias, todavia teve muitas paradas, se arrastando lentamente até finalização de uma parte da rodovia na metade de 2017.

Hoje o trecho pronto está entre a bifurcação que leva ao município de Ilha Grande – PI até a entrada principal do Parque Eólico da empresa Ômega Energia (Complexo Delta 1). O trecho pronto ainda não possui a marcação das faixas no asfalto, placas ou as sinalizações obrigatórias como mostra a Figura 5, outro aspecto que pode ser observado nesta mesma imagem é a rede elétrica de grande

porte que percorre toda a extensão da estrada até a comunidade para escoamento da produção de energia eólica.

A obra do trecho que leva até a praia também é de responsabilidade do Governo do Estado do Piauí, com orçamento previsto de mais de 2,6 milhões, que teria uma extensão de 2,28km, também deveria estar em fase de construção como mostra a Figura 6, essa placa encontra-se no início do trecho, mas, as obras encontram-se paradas, esta obra foi citada por moradores e será mencionada no capítulo 3.

Figura 6: Placa da obra de pavimentação da Avenida Beira Mar Pedra do Sal



Fonte: Autora, 2017.

Mesmo estando em “linha de praia” e dentro de uma Unidade de Conservação a Pedra do Sal ficou por muitos anos em segundo plano em relação às políticas e planejamentos municipais. A atenção dos governos estaduais e municipais com essa área tem sido intensificada pela valorização econômica da região da Praia Pedra do Sal e a consequente aceleração do processo de especulação imobiliária que hoje enfrenta.

Nesse sentido, existe uma necessidade urgente de reformulação e atualização dos documentos de ordenamento do município de Parnaíba para

garantia de melhor planejamento dessa área, pois até o presente momento, a área que hoje é habitada pela Comunidade Pedra do Sal não está contemplada no Plano Diretor nem Lei Orgânica do município.

Dessa forma, o turismo também entra como fator preocupante, pois quanto menos ordenado mais impactos negativos causará nas famílias que residem nesta área. Os impactos socioambientais do Turismo são imensuráveis e já podem ser observados em quase todo o litoral do país, segundo Dias:

Os impactos decorrentes da ocupação desordenada do litoral são expressivos, porque o litoral apresenta ecossistemas bastante frágeis e de difícil recuperação, pois trata-se de um ambiente envolto, muitas vezes, por uma serra e o mar, constituindo-se de espaços menores e de fácil degradação, como são os mangues (DIAS, 2003, p.20).

Ainda de acordo com Dias (2003, p.21), “o impacto sobre o meio ambiente é inevitável”, porém é necessário criar mecanismos para mantê-los sob controle aceitável trabalhando esses pontos junto aos moradores, entendendo assim suas verdadeiras demandas, afinal, o turismo se apropria do uso do solo o que desencadeia uma intensa urbanização desses locais, no caso da Pedra do Sal, pode agravar os impactos que já sofrem pelo tipo de turismo que é praticado na sua praia, o turismo de massa do tipo excursionista.

A valorização dessa região também tem atraído outros moradores ou construção de casas de veraneio, segundo a pesquisa de Oliveira (2017), de acordo com a observação dos próprios moradores, a ocupação da praia tem crescido muito:

De acordo com alguns dos colaboradores, além dos moradores tradicionais, atualmente a praia é também ocupada por pessoas exteriores à comunidade, “tem gente que apareceu ai, que a gente nem sabe de onde veio”, afirmou o velho Antônio Caraca. Pedra do Sal, no tempo presente, é objeto de grande interesse imobiliário (OLIVEIRA, 2017, P.74).

Esse aspecto tem modificado radicalmente a paisagem na pedra do sal, as possíveis causas e consequências serão discutidas com mais detalhes no Capítulo 3, de acordo com a percepção dos moradores.

Figura 7: Construções de casas na Pedra do Sal



Fonte: Autora, 2017.

O que, por hora, é importante relatar para uma melhor compreensão do todo é que a questão fundiária da Pedra do Sal serve de pano de fundo para a maioria dos conflitos que vivem essa comunidade. Dessa forma, durante a pesquisa, identificou-se uma considerável quantidade de construções de casas e prédios na localidade (Figura 7).

A comunidade surgiu de uma vila de pescadores, e hoje, mesmo seu espaço apresentando características diversas, ela ainda tem a pesca artesanal como importante fator reprodução do seu território, portanto, estas famílias carregam culturalmente uma ligação forte com o mar, a pesca e a natureza que o cercam, por isso, os atores da pesquisa são estes pescadores.

2.2 A PESCA ARTESANAL NA COMUNIDADE PEDRA DO SAL

2.2.1 Relação trabalho, terra e mar

Mesmo com uma diversificação de atividades e atores a pesca artesanal ainda é a principal atividade econômica desta região, para compreender sua percepção dos conflitos socioambientais é necessário entender um pouco do seu modo de vida, como se dá a pesca e suas relações sociais.

Como já observado, o pescador da Pedra do Sal é essencialmente marítimo, o historiador Oliveira (2017) realizou pesquisas sobre a atividade pesqueira da década de 1970 nesse povoado, ele reafirma que essa é uma característica histórica. A pesca marítima foi a primeira e principal atividade de subsistência durante a ocupação da Pedra do Sal e continua sendo até os dias de hoje, apesar das adversidades que enfrenta.

Na busca por descrever traços indenitários desses pescadores é importante dizer que foi reconhecido pescador da Pedra do Sal neste trabalho não apenas os pescadores que hoje “vivem da pesca”, pois, segundo Diegues (1983, p.193), independente de ser sua principal atividade ou não, o pescador é aquele que domina plenamente os meios de produção da pescaria, ou seja, possuem “controle de como pescar e do que pescar, em suma, o controle da arte da pesca”.

Durante as entrevistas percebi principalmente três tipos de pesca realizada pelos atores entrevistados na Pedra do Sal: a pesca de praia, a pesca na costa e a pesca em auto mar. Na pesca de praia, as redes são colocadas na beira da praia observando o ciclo da maré para retirá-las com os peixes, esta é feita desembarcada, são utilizadas motos para realizar as pescas em locais mais distantes e pode ser realizada individualmente ou em grupos.

Figura 8: Pescador limpando a rede após retirá-la da praia



Fonte: Autora, 2017.

Os pescadores em seus depoimentos relatam que muitas pessoas de comunidades próximas ou até mesmo de Parnaíba frequentam a Pedra do Sal para realizar a pesca de praia, é preciso chegar cedo para instalar as redes nos melhores pontos de pesca. Os tipos de peixes mais pescados nessa modalidade são Sauna, Pescadinha e Tainha.

A pesca na costa é feita embarcada, esse tipo de pesca geralmente já possui locais de pesca pré-estabelecidos, pode ser feita com linha e anzol ou com redes. Esse tipo de pesca quase sempre é feita com 3 a 4 homens na embarcação, e utiliza pontos chaves como pesqueiros, hoje os pescadores já utilizam aparelhos com o Sistema de Posicionamento Global - GPS para marcação desses locais ou até mesmo *smartphones*, mas na maioria das vezes, os mestres mais antigos não utilizam desses recursos, pois conseguem encontrar os pesqueiros utilizando pontos de referências adquiridos pela experiência. Esses pesqueiros também recebem nomes, alguns citados foram: Recifes, Barco, Valadares.

E a pesca em alto mar, ou como é chamada por eles “mar de fora” ou simplesmente “fora”, essa pesca é a mais desafiadora, geralmente é feita apenas com linha e o anzol e é muito conhecida pela procura do peixe Camurupim, peixe muito valioso na região, esse tipo de pesca é a mais arriscada. Nem sempre o Camurupim é encontrado, então são pescados outros tipos de peixe como a Serra ou a Cavala.

O mesmo pescador pode pescar na praia, na costa ou “fora”, mas o que foi observado é que cada pescador possui sua especialidade. O pescador proprietário da embarcação e dos equipamentos fica com a metade do que é pescado, a “banda” como é chamada por eles, isso implica em escolher o maior peixe também, o restante é dividido entre os outros pescadores.

Ao chegar ao Lado Manso, o pescado é tratado ainda na praia, tirando principalmente as vísceras, as embarcações são ancoradas e o material de pesca recolhido. Os peixes mais valiosos são vendidos, a maioria dos pescadores já possui contratos verbais pré-estabelecidos com atravessadores ou peixarias em Parnaíba para recolher o pescado logo que chegam, os peixes de menor valor comercial são levados pra casa e consumidos por familiares.

Os tipos de peixes, os tipos de pesca, a quantidade dos peixes, os melhores locais para pesca, todos esses pontos são definidos pela natureza, o conhecimento dos pescadores norteiam a melhor época e os petrechos mais específicos para cada

ocasião, e pelas entrevistas chegou-se a um consenso importante sobre a pesca nesta comunidade, um bom mestre quase sempre garante uma boa pescaria.

Figura 9: Pescador “tratando” os peixes ainda na praia



Fonte: Autora, 2017.

A principal embarcação utilizada é a canoa de madeira, a tração do veículo é feita a vela e remo, alguns possuem motor de poupa chamado por eles de rabeta, trata-se de motor independente sendo acoplado somente quando necessário. Segundo os pescadores é preciso cautela para o uso desse tipo de tração por causa dos fortes ventos de alguns períodos.

O tipo de embarcação causa muita insalubridade no trabalho executado, as queixas mais comuns são o tempo de exposição ao sol, o calor, o assento de madeira que esquenta muito, o risco de acidentes no mar, principalmente nos períodos do ano que os ventos estão mais fortes (Figura 10).

Segundo senhor Francisco (51 anos), antes era utilizado o piche para pintar a parte de baixo da canoa que fica em contato com a água para conservar a embarcação, mas “hoje até a tinta que o pessoal usa nos cascos dura mais tempo não tem que ficar retocando tanto”, segundo os pescadores que são ou já foram proprietários de embarcações, é importante o investimento constante para se obter sucesso na pesca.

Figura 10: Canoa utilizada por pescadores da Pedra do Sal



Fonte: Autora, 2017.

Os apetrechos e instrumentos de pesca mais citados pelos próprios pescadores da Pedra do Sal são: redes, tarrafas, espinhel e linha e anzol de mão (Figura 11), cada pescador possui seu material de pesca, às vezes este material é compartilhado com os filhos ou parentes, o dono do material deve receber parte do que foi pescado pelo empréstimo, como já referido. Segundo Antônio (76 anos) antes as redes era tecidas pelos próprios pescadores, “hoje ele vai ali no mercado e compra a rede que quiser, não precisa nem ter trabalho”, Carlos (38 anos) explica que fazer a manutenção dos equipamentos e “remendos” das redes é muito importante para exercer seu trabalho.

Os apetrechos comprados são mais leves e mais resistentes, diminuindo um pouco as dificuldades da lida no mar, apesar disso, os apetrechos de pesca utilizados pelos pescadores desta praia não tem grande sofisticação, portanto, possui uma capacidade muito baixa de degradação ambiental, isto quando comparada inclusive com a pesca industrial, porém como destaca Pereira:

A competição pela captura das espécies, a qual é preciso salientar, está diminuindo a cada ano fazendo com que as relações sociais se alterem e o contato com a natureza não se traduza numa vocação imediata para a defesa da sustentabilidade da atividade e do meio. A necessidade de alimento imediato a sua família parece ser um obstáculo às propostas que

visam diminuir o esforço de pesca e usar petrechos mais adequados à preservação. Uma situação está intrinsecamente ligada à outra, pois quando se tem pouco recurso pesqueiro é preciso usar redes com malhas mais finas e pegar espécies menores para obter resultados similares aos de uma situação anterior (PEREIRA, 2008, p.74).

Estes pescadores têm consciência quando praticam algo fora dos parâmetros de conservação das espécies marinhas, como um exemplo citado por Elias (45 anos), “tem muita falta de consciência também, tem gente que pesca na boca da barra pleno defeso, as vezes nem é pescador daqui”, para Diegues (1995), isso ocorre pois devido à vida que levam, do conhecimento acumulado e da educação que receberam desde pequenos, estes pescadores conhecem os limites da coleta e o ritmo de restauração natureza, manter esse ambiente equilibrado é uma condição para sua reprodução social.

Figura 11: Cômodo para guardar apetrechos e instrumentos de pesca



Fonte: Autora, 2017

Em resumo, os pescadores da Pedra do Sal demonstram simplicidade das tecnologias utilizadas e produção com baixo custo de investimento, trabalham individualmente ou com equipes formadas por relações de parentesco, compadrio ou camaradagem, não existe vínculo empregatício entre tripulação, donos das canoas,

mestres, donos de materiais de pesca, atravessadores ou peixarias que compram o pescado, tudo é feito por acordos verbais.

Essas características são comuns à categoria que eles próprios têm consciência de ser: “sou pescador artesanal” (JOSÉ, 65 ANOS). De acordo com Diegues (1983) a pesca artesanal aponta peculiaridades de populações tradicionais, estas, apesar dos incrementos tecnológicos ou mudanças, ainda são percebidas na Comunidade Pedra do Sal, são elas: possuem um conhecimento adquirido e experimentado, passado por gerações, que auxiliam no uso e manejo de recursos naturais tanto do território produtivo (mar), quanto do espaço de reprodução social e cultural; possuem uma forma específica de apropriação e relação entre grupos sociais e ambientes naturais; a transmissão de conhecimentos é feita de forma oral o que marca a identidade de grupos sociais distintos; utilizam tecnologia simples, reduzida acumulação de capital, relações de produção definidas no âmbito da unidade familiar nuclear ou extensa, com reduzida divisão de trabalho;

A comunidade apresenta muitas atividades complementares à pesca, pequenos comércios ou bares, alugueis de quartos e criação de animais, “quase todo mundo aqui tem alguma criação no quintal, bode, galinha... as vezes deixa é solto por aí e depois anda atrás” (DOMINGOS, 62 anos). As atividades de agricultura são em pequeno número, alguns pescadores comentaram sobre os chamados “canteiros” de onde retiram alguns legumes, frutas e vegetais para o consumo diário, nenhuma atividade expressiva para venda de excedentes.

A atividade que foi mencionada com destaque foram os “bicos” na construção civil, com a crescente especulação imobiliária e as constantes construções na comunidade surgiu o que Pedro (52 anos) chamou durante a entrevista de “a nova profissão”, segundo ele os moradores da pedra do sal sempre fizeram seus reparos em casa e aprenderam um pouco sobre construções pela dificuldade de “trazer pedreiros de Parnaíba”, após a instalação da segunda empresa de energia eólica alguns jovens se interessavam em aprender a profissão, “muita gente daqui trabalhou na construção desse parque aí”, a renda principal do senhor Pedro hoje é com a construção de casas e reformas na própria comunidade, mesmo assim, vez ou outra ainda participa da pesca com amigos e familiares, afinal, o pescador é aquele que não se desliga do mar mesmo que em outras profissões.

2.2.2 Relação com a família e com a localidade

Os pescadores entrevistados possuíam escolaridade variada entre Ensino fundamental completo (4) Ensino médio incompleto (3) e Ensino Médio Completo (2), em todos os casos eles afirmaram que tiveram que trabalhar muito jovens para ajudar na renda da família, mas que não abriram mão do ensino formal quando crianças. A maioria deles (6) começou a pescar entre nove e dez anos de idade com os pais, isso mostra que a pesca como atividade tradicional, como conceitua Maldonado (1986), geralmente é baseada em conhecimentos transmitidos pela ancestralidade, pelos mais velhos da comunidade ou pela interação com os companheiros do ofício, esse tipo de pesca, conta para a operação, além dos instrumentos de pesca, a experiência e o saber adquiridos ao longo do tempo.

A ida ao mar desde jovem, também foi observado por Oliveira quando estuda que os pescadores da comunidade pedra do sal:

As gerações de pescadores de 80 anos e as de 60, a julgar pelos periódicos e narrativas, tiveram experiências diferentes se comparadas com os mais moços. Eles começaram a pescar desde a mais tenra infância, indo ao mar já aos oito ou dez anos. Levados sempre pelos homens da família, isto é, pelos pais, tios ou avós, os colaboradores dessa geração comumente afirmaram que entraram no mundo da pesca, devido este ser o único trabalho no povoado insular que nasceram (OLIVEIRA, 2017, p.120).

Segundo os entrevistados a vida das famílias melhorou muito, as distâncias entre a comunidade e a cidade de Parnaíba foram compensadas com o transporte público e escolar e também houve uma melhora nas condições materiais, oito dos nove entrevistados possuem moto e um deles possui carro, esse depoimento de que “as condições melhoraram muito hoje, no meu tempo era muita peleja” (MANOEL, 45 anos), se referindo ao fato dos filhos desses pescadores possuírem uma escolaridade mais elevada, Francisco (51 anos) citou cerca de seis filhos de pescadores que concluíram nos últimos anos o ensino superior nos cursos de Turismo, pedagogia, engenharia de pesca e outros, e citou o seguinte depoimento:

(...)outro eu olhei pro meu sobrinho e perguntei: - meu filho, o que é que tu estudou que pode melhorar nossa situação aqui heim? (...) tu num acha que devia ajudar nossa comunidade de alguma forma? O lugar que tu nasceu? Pra que serve teu estudo? (FRANCISCO, 51 anos).

Segundo o senhor Francisco os questionamentos não foram respondidos, mas sua real intenção era provocar uma reflexão no jovem, que segundo ele são pouco participativos nas questões que envolvem a comunidade.

A questão geracional é um assunto complexo, são necessários estudos futuros mais aprofundados para compreender as mudanças refletidas nas novas gerações principalmente que se relacionam com o modo de vida pesqueiro, como o presente trabalho pretende investigar os conflitos socioambientais vividos por essa comunidade, alguns recortes foram feitos nas entrevistas servem como indicativos da percepção desses pescadores quando a relação conflitos e novas gerações:

Quadro 3: Elementos geracionais

Entrevistado	Depoimentos
Antônio	“Hoje em dia tem muita opção, no meu tempo era obrigado a aprender...” “(...) o peixe tá mais difícil, aí eles não tem muita paciência não.”
Benedito	“Meus menino tudo pesca, tem que saber das coisas...” “(...) tem dois que trabalham comigo, às vezes vão só...”
Carlos	“(...) eu acho que essa meninada aí não vão mais querer não.”
Domingos	“(...) eu trabalhei duro até não aguentar mais, não quero isso pros meus netos não” “Meus filhos pescam, mas não vivem só disso não, tem muito trabalho por aqui (...) e Parnaíba é bem aí...”
Elias	“(...) são muito de esperar acontecer (...) querem tudo nas mão...”
Francisco	“Essa moçada tem que participar mais, a gente tá na luta pelas causas da comunidade e é tudo pra eles que vão ficar.”
José	“(...) eles (seus filhos) tão mais afiado do que eu, mas não dá mais pra se confiar só na pesca não”
Pedro	“as coisa hoje tão mais fácil aí é muito jovem se perdendo aqui.”

Fonte: Informação Oral, 2017.

Existe uma cobrança para que os jovens da comunidade sejam mais participativos e de certa forma aproveitem melhor todas as oportunidades que eles não tiveram, a relação intergeracional possibilita a transmissão de saberes e valores que se modificam com o passar do tempo, hoje a comunidade tem uma ligação

muito fácil com cidades maiores, a maioria dos moradores possuem *smartphones*, e existem facilidades de encontrar *internet wi-fi* local. Porém, mesmo envolvidos pelos desafios da globalização, o conhecimento ainda é transmitido, repensando muitas práticas e principalmente repensando papéis dentro das famílias.

Quanto à divisão sexual do trabalho, quando Carlos coloca que:

(...) antes as famílias eram muito grande, era muito filho, aí a mulher tinha que cuidar da casa e dos filhos, mas hoje, elas dão um jeito de trabalhar, estudar, vender as coisas, vão todo dia pra Parnaíba e voltam (CARLOS, 38 anos).

Percebe-se uma mudança na percepção do trabalho da mulher e no seu papel dentro das famílias e da comunidade, um pouco diferente do que a pesquisadora autora deste trabalho esperava encontrar, as mulheres da Pedra do Sal, cuidam da casa, trabalham fora, administram bares e assumem papéis de representação da comunidade diante dos conflitos, porém, apesar dos pescadores respeitarem a força de trabalho feminina, quando se trata de atividade pesqueira, essas mulheres ainda são vistas como colaboradoras. Muitas mulheres ajudam seus maridos na praia em seus tempos livres, ajudam também com a captura de siri para isca, administram a renda da família, os benefícios sociais, mas não participam do trabalho embarcado. Segundo alguns pescadores, elas seriam frágeis para o trabalho no mar, “não aguentam (...) é muito pesado” (PEDRO, 52 anos) “melhor cuidar das coisas por aqui mesmo” (JOSÉ, 65 anos).

A não inserção feminina no trabalho embarcado parece ser uma característica comum não só no litoral brasileiro, de acordo com Maneschy (2000), essas mulheres são submetidas a uma sociedade que estruturou uma desigualdade entre os sexos. Isso é comum às mulheres inseridas na atividade pesqueira nos países do Sul, percebe-se a existência de um pré-conceito sexista que discrimina as mulheres na pesca em países de cultura mais machista. Esse “pré-conceito” cultural, em muitas comunidades, considera que a pesca de proximidade, de autoconsumo e de processamento do pescado como não-pesca, sendo apenas uma extensão dos afazeres domésticos feitas pelas mulheres. Como ressalta Andreoli:

A percepção generalizada é de que as atividades vinculadas à pesca realizadas pelas mulheres, como tecer rede, o processamento e a venda de pescados, não as qualificam como pescadoras e sim como colaboradoras. O trabalho da mulher por se dar às voltas da casa se torna invisível. As

atividades produtivas femininas, em sua maior partes, são descontínuas e nem sempre se traduzem em renda monetária, o que contribui para reforçar sua invisibilidade e dificulta o surgimento de uma “consciência profissional” e individualização das trabalhadoras da pesca (ANDREOLI, 2007, p.96).

A essas mulheres cabe uma maior responsabilidade com o cuidado com a família e os filhos, segundo os relatos dos pescadores, a “pesca significa sobrevivência da maioria dessas famílias daqui” (FRANCISCO, 51 anos), isso inclusive justifica a pesquisa para compreensão de quais conflitos socioambientais existem na Pedra do Sal e como interferem na vida desses pescadores.

Na observação de campo percebeu-se que muitas casas não possuem cercas entre elas, alguns cercados envolvem duas ou mais casas, demarcando que aí estão casas de uma mesma família, com grau de parentesco próximo. Muitas vezes essas famílias dividem as tarefas, a renda, materiais de pesca e etc.

Quanto à unidade interlocal foi possível apreender dois aspectos, um é quando esses comunitários tratam dos conflitos existentes, dividindo opiniões e causando desafetos, esses pontos serão melhor desenvolvidos no capítulo 3, porém foi possível captar alguns elementos dos depoimentos que vale uma análise (Quadro 4):

Quadro 4: Elementos de integração interlocal

Entrevistado	Depoimentos
Carlos	“aqui tudo (outros pescadores) são amigo e se ajuda”
Domingos	“Quando eles (pescadores) chegam vão beber uma cachacinha falar das pescarias, as vezes ficam jogando dominó”
Francisco	“quando tem alguém doente todo mundo ‘se junta’ faz rifa faz bingo pra ajudar”
Manoel	“ lá na igreja quando a gente vê que tá passando necessidade a gente ‘se junta’ leva os alimento todos”

Fonte: Informação Oral, 2017.

Na expressão “se junta”, falada algumas vezes quando questionado pelas interações entre eles e entre a comunidade, indica pontos de união independente de posicionamento nos conflitos, divergências de opiniões e desafetos causados por motivos de trabalho, o que marca a existência da solidariedade e ajuda mútua entre os moradores da comunidade, segundo relatos dos pescadores essa solidariedade

era percebida principalmente pelos mais velhos, essa realidade também foi percebida por Oliveira quando afirma sobre estes pescadores que:

Mesmo que os mais novos também possuam entre si vínculos de solidariedade, a narrativa dos mais velhos indica que estes eram mais unidos, tanto entre si, enquanto trabalhadores, quanto como moradores de Pedra do Sal. Os pescadores se juntavam em suas canoas e iam ao mar. Nessas idas, homens de diferentes idades criavam e fortaleciam laços de solidariedade que lhes amparavam ante as necessidades (OLIVEIRA, 2017, p.150).

No relato dos pescadores também se percebe forte participação nas questões religiosas pelos moradores mais velhos, apesar da observação direta da presente pesquisadora, que identificou a existência de um grupo de jovens local da igreja católica local (Figura 12).

Figura 12: Igreja Católica de Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Autora, 2017

Segundo depoimento de Francisco (51 anos), a igreja católica local pertence a Diocese de Nossa Senhora da Conceição no município de Ilha Grande, em sua fala “antes aqui era a maioria católico, hoje tá bem misturado” apresenta elemento de multiplicidade dessa comunidade também no aspecto religioso, de acordo com a pesquisa direta pode-se observar que hoje a comunidade possui, uma Igreja

Católica, dois locais para celebrações de Umbanda, uma Igreja Universal do Reino de Deus e dois locais para celebrações do Daime, segundo eles essas últimas celebrações possuem muitos frequentadores de Parnaíba, Ilha Grande e Luiz Correia, estes são mais numerosos que os próprios moradores da comunidade, “pouca gente daqui mesmo vai lá” (CARLOS, 38 anos).

Segundo Carlos, hoje existem muitos Umbandistas na comunidade “mas eles não assumem” (CARLOS, 38 anos), a maioria destes frequentam centros de Umbanda em Parnaíba, dos pescadores entrevistados, a maioria se autodeclarou católico (7) e outros Evangélicos (2), dos sete entrevistados que relataram ser participantes assíduos da Igreja católica, quatro deles admitiram participar de celebrações de Umbanda. Segundo eles a Umbanda possui ligação muito forte com o mar e com a terra, e promovem uma força espiritual importante na relação pescador e natureza.

Independente de religiões, muitas crenças são peculiares do seu território, essas crenças são passadas entre gerações tidas por alguns como lendas e por outros como verdades, a simbologia desses pescadores sempre possui forte ligação com a natureza e o imaginário dessas populações, essas superstições e crenças continuam existindo mesmo que na memória desses pescadores.

3 PESCADORES, RISCOS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E O MODO DE VIDA NO MAR

O Objetivo geral dessa pesquisa foi analisar a percepção dos pescadores artesanais da Pedra do Sal sobre os conflitos socioambientais que interferem na produção e reprodução do seu modo de vida. Para isso, no capítulo dois foram levantadas informações sobre a atividade pesqueira e a relação desses pescadores com o mar e sua localidade. O entendimento desses aspectos é importante porque, apesar dos conflitos vivenciados por essa comunidade estarem na ordem das experiências de demais comunidades litorâneas brasileiras, ela apresenta particularidades, que segundo Little (2002), a multiplicidade de expressões é um aspecto fundamental da territorialidade humana, o que produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais.

Ainda de acordo com Little (2002), utiliza-se o termo “povos tradicionais” para abranger todas as categorias, entendendo que cada um desses povos possui especificidades. Para o autor:

O interesse é mostrar como este novo olhar analítico pode detectar semelhanças importantes entre esses diversos grupos - semelhanças que ficam ocultas quando se empregam outras categorias, vincular essas semelhanças a suas reivindicações e lutas fundiárias e descobrir possíveis eixos de articulação social e política no contexto jurídico maior do Estado-nação brasileiro (LITTLE, 2002, p.253).

Nesse contexto, a intenção das entrevistas realizadas foi identificar conflitos que se relacionam com seu modo de vida através das categorias: terra, mar, sociabilidade familiar, trabalho e relação com a comunidade; de acordo com a perspectiva dos próprios pescadores, e como esses conflitos se aproximam e distanciam de outras realidades socioambientais de povos tradicionais. Para essa identificação, utilizou-se o conceito de conflito socioambiental de Little:

(...) embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico, isto é, com seus respectivos meios social e natural. Dada à existência de muitos tipos de conflitos sociais, podemos classificar um conflito determinado como *sócio-ambiental* quando o cerne do conflito gira em torno das interações ecológicas. Essa definição remete à presença de múltiplos grupos sociais em interação entre si e em interação com seu meio biofísico (LITTLE, 2004, p.1).

A análise etnográfica de um conflito socioambiental é necessária à identificação do foco central do conflito, mesmo entendendo que este tenha várias dimensões, movimentos ou fenômenos complexos (LITTLE, 2002). Ainda segundo Little:

Localizo, pelo menos, três grandes tipos de conflitos: (1) conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais, tais como: disputas sobre a exploração ou não de um minério, sobre a pesca, sobre o uso dos recursos florestais etc.; (2) conflitos em torno dos impactos (sociais ou ambientais) gerados pela ação humana, tais como: a contaminação dos rios e do ar, o desmatamento, a construção de grandes barragens hidrelétricas etc.; e (3) conflitos em torno de valores e modo de vida, isto é, conflitos envolvendo o uso da natureza cujo núcleo central reside num choque de valores ou ideologias. Essa tipologia serve, em parte, de tratar o foco central do conflito para melhor entendê-lo e resolvê-lo (LITTLE, 2004, p.4).

Nesse sentido, o presente capítulo será iniciado com a identificação do principal conflito percebido pela Comunidade Pedra do Sal, o “foco central” da análise, sendo tratados através dos três grandes tipos de conflitos socioambientais citados por Little e adaptados pela autora deste trabalho: conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais; conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana; e conflitos em torno de valores e modo de vida, ou seja, quando existe um choque ideológico nos diferentes atores que fazem uso de um mesmo recurso natural.

Vale lembrar que a intenção do presente trabalho é identificar os conflitos existentes de acordo com a visão dos próprios pescadores, analisando como esses atores percebem os riscos que incidem sobre a sociabilidade familiar, trabalho e comunidade, ou seja, sua reflexividade. De acordo com Giddens:

Há um sentido fundamental no qual a reflexividade é uma característica definidora de toda ação humana. Todos os seres humanos rotineiramente “se mantêm em contato” com as bases do que fazem como parte integrante do fazer. Denominei isto em outro lugar de “monitoração reflexiva da ação”, usando a expressão no sentido de chamar a atenção para o caráter crônico dos processos envolvidos (GIDDENS, 1991, p. 31).

Portanto, a ação humana ocorre de acordo com a sua reflexão constante sobre sua própria realidade, fazendo-se necessária a compreensão do contexto vivido por cada indivíduo dentro do seu grupo social inseridos em sistemas mais complexos.

Nas culturas tradicionais é necessário observar a valorização do passado e o respeito à ancestralidade e aos sistemas de simbologias utilizados por cada grupo, pois estas são capazes de perpetuar a experiência de gerações, garantindo a reprodução de todo um modo de vida. Mesmo considerando que essa tradição não é estática, pois como declara Giddens (1991, p. 31): "a tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade"; a tradição resiste às mudanças sendo uma forma de lidar com o tempo e o espaço, estruturando suas práticas sociais.

Para os pescadores artesanais, o conhecimento tradicional garante a sobrevivência desse grupo onde as experiências transmitidas são acumuladas às novas experiências vividas com as mudanças ambientais; nesse contexto, a reflexividade é feita envolvendo outros valores, que se chocam, na maioria das vezes, com a lógica conservacionista dos órgãos ambientais ou a lógica desenvolvimentista de órgãos governamentais.

3.1 CONFLITOS EM TORNO DO CONTROLE SOBRE OS RECURSOS NATURAIS

Através das entrevistas realizadas foi possível identificar o ponto crítico dos conflitos daquela região, possibilitando avançar na compreensão da dinâmica social dessa comunidade, bem como isso influencia no seu modo de vida.

A princípio, acreditava-se que todos os conflitos da comunidade giravam diretamente em torno da instalação dos grandes empreendimentos, como as empresas de geração de energia eólica e as discussões sobre a instalação dos *resorts*. Já nas primeiras inserções no campo, após as primeiras conversas com pescadores e moradores, encontrou-se, ora subentendida, ora explícita nos diálogos, uma questão anterior aos grandes empreendimentos que causava desconforto e divisão de opiniões e que, provavelmente, é à base de todos os outros conflitos; trata-se da questão fundiária dessa localidade, portanto, conflito em torno do controle e uso da terra como recurso natural.

Por meio de análise documental, Rocha et al (2015), confirma a versão dos entrevistados nesta pesquisa da existência de um processo que deu aforamento da terra para "herdeiros"; porém, em 1989, tal posse de terra foi concedida pela

Secretaria do Patrimônio da União - SPU, ignorando a existência de famílias que já moravam nesse local.

Em pesquisa feita nos processos de aforamento de terra feita pela SPU, conforme processos tendo como procedência, João Carvalho de Carvalho e Silva, apresenta informações quanto a demarcação de terras para 7 (sete) herdeiros, tendo como data de processo iniciado, o ano de 1987 (ROCHA ET AL, 2015, p.9).

Esses herdeiros são conhecidos na região como “Família Silva”. Portanto, nenhum morador da comunidade possui a regularização da posse terras em que vivem. As entrevistas apresentaram elementos que apontam a questão fundiária como ponto crítico de conflitos socioambientais na comunidade (Quadro 4).

Quadro 5: Elementos que Apontam Questão Fundiária como Ponto Crítico

Entrevistado	Depoimentos
Antônio	“(…) chegam aqui e não sabem nem se vão ficar, eu não dou certeza nem pros meus filhos e netos, imagina esse povo que chegou depois”.
Benedito	“a gente nasce num lugar e não pode dividir com os filhos, com os netos”.
Carlos	“tem as pessoas que tão garantido, mas eu não tenho moradia certa (...) de uns tempos pra cá só se fala nisso, e como eu tem muita gente aqui”.
Domingos	“mesmo quem ‘eles’ já falaram que vão dá o documento não tem sossego enquanto esse documento não tiver em mãos”.
Elias	“(…) no começo eu não dormia pensando né? O que era que ia acontecer? (...) tem gente chegando e cercando o terreno e pronto, depois pra gente provar que tá aqui a mais de quarenta anos”.
Francisco	“nosso maior problema com certeza é a questão da titularidade das terras, acho que os órgãos públicos deveriam dar prioridade nisso”.
José	“nosso problema maior é a posse das terras, isso ainda causa muita angústia em todo mundo aqui e dá até briga, tem gente que ainda tem muito respeito por ‘eles’”.
Manoel	“aqui tem muitos problemas, em primeiro lugar é a moradia incerta da gente” “esse lugar agora vale muito dinheiro, é muito interesse envolvido (pausa) cê sabe que quem perde sempre é o mais fraco né mesmo?”.
Pedro	“a maioria tem medo de falar e na hora se sair mesmo esses documentos quem falou alguma coisa se prejudicar”.

Fonte: Autora, 2017.

Para Domingos, a comunidade pensou em tais questões quando foram iniciados os tramites para a instalação dos *resorts*, segundo ele:

(...) a gente percebeu que essas terras tavam tudo sendo vendida pra gringo quando começou essa estória de resorts que até hoje não saíram do papel, é muito estranho isso, depois a usina chegou dizendo que as terras foram alugadas por 20 anos, a gente mora aqui desde nascido, não acho certo a gente ter que sair pra vender as terras pra estrangeiro não (Domingos, 62 anos).

Segundo Francisco (51 anos), no ano de 2015 houve uma manifestação na Comunidade Pedra do Sal, “foi a maior de todas onde todo mundo se uniu, escola, igreja, todo mundo veio ajudar, foi onde eu percebi mesmo a união da gente”; para Francisco esse evento aconteceu “quando nós descobrimos que a família Silva realmente tinha a posse das terras” (Apêndice A).

De acordo com Little (2002, p.255): “a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo e, externamente, as pressões exercidas por outros grupos ou pelo governo da sociedade dominante moldam (e às vezes impõem) outras formas territoriais”. É o observado na Pedra do Sal, com a luta para manter sua forma de territorialização, para este autor a territorialidade está ligada ao “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a, assim, em seu ‘território’” (LITTLE, 2002, p. 253).

A partir da fala dos pescadores entrevistados, percebeu-se que a falta da regularização fundiária da região trouxe com ela - além da incerteza da moradia e instabilidade jurídica - outros problemas que são tratados aqui como conflitos decorrentes das questões fundiárias da comunidade:

- Instalação de grandes empreendimentos;
- Aceleração da especulação imobiliária;
- Processo de urbanização desordenada.

Cada um destes pontos possui seus próprios impactos sobre o modo de vida dessa comunidade, que já enfrentavam muitos problemas de infraestrutura, segundo os entrevistados, existe um posto de saúde na comunidade que oferece assistência a muitas comunidades vizinhas, porém esse posto apresenta muitas carências; outro ponto muito citado é o abastecimento de água da comunidade, àquelas famílias que não possuem recursos financeiros para construção de poços sofrem com a irregularidade do serviço de abastecimento de água. Também não possuem sistema

de esgoto, o recolhimento do lixo é feito dois dias na semana e não consegue acessar todas as residências devido à falta de pavimentação mínima das ruas (Figura 13).

Figura 13: Local de Difícil Acesso na Pedra do Sal



Fonte: Autora, 2017.

De acordo com as informações citadas pelos próprios pescadores, foi elaborado um quadro resumo dos conflitos em torno do controle e uso da terra como recurso natural (QUADRO 5).

Quadro 6: Identificação dos Conflitos em Torno do Controle sobre os Recursos Naturais de Acordo com os Próprios Pescadores.

Conflito Principal	Agentes Envolvidos	Conflitos Decorrentes	Principais Impactos Socioambientais
Questão Fundiária	Moradores da comunidade Pedra do Sal, “Família Silva”, Superintendência do Patrimônio da União – SPU, Ministério Público Federal, Ministério Público	Instalação de grandes empreendimentos	Desmatamento de vegetação importante para a atividade extrativista da comunidade (caju e murici); aterramento de lagoas; destruição da paisagem natural, ruídos e poluição sonora, limitação do direito de ir e vir.

	Estadual, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos-SEMAR.	Aceleração da especulação imobiliária	Grilagem das terras, encarecimento do custo de vista.
		Processo de urbanização desordenada	Aumento da criminalidade, prostituição infantil e uso de drogas pelos jovens locais.

Fonte: Autora, 2017.

Tais conflitos socioambientais possuem complexidades que geram efeitos visíveis ou muitas vezes até imperceptíveis pela comunidade. Francisco (51 anos) diz que a comunidade associava todos os conflitos vividos pela comunidade com a instalação dos grandes empreendimentos e que “tem sido um desafio pra comunidade se preparar e se informar para participar em igualdade com os órgãos públicos.”. Nesse sentido, a comunidade tem recebido a participação de instituições como universidades e organizações não governamentais na busca de instrumentalização sobre as questões fundiárias, legislação e tecnologias de manejo que lhe permitam maior empoderamento diante das mudanças.

A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter. Temos que elucidar a natureza deste fenômeno. Todas as formas de vida social são parcialmente constituídas pelo conhecimento que os atores têm delas. (...) Em todas as culturas, as práticas sociais são rotineiramente alteradas à luz de descobertas sucessivas que passam a informá-las (GIDDENS, 1991, p. 39).

A procura pelo conhecimento capaz de proporcionar maior participação das decisões em seu território, e a busca pelos direitos fundamentais garantidos pela constituição demonstram um resultado da capacidade de reflexividade sobre os riscos que observam. O conflito se instala justamente pela mobilização desses atores na proteção do seu modo de vida.

A própria busca pela instrumentalização pode causar conflitos internos entre os moradores da comunidade, pois o processo reflexivo individual traria divergências de opiniões com a atuação das instituições no local, como foi observado nos seguintes depoimentos:

(...) tem muita gente aqui na pedra do sal que vira logo a cabeça, ficam escutando o tudo o que dizem e não param pra pensar (ANTONIO, 76 anos).

(...) ela já estava dizendo até o que ele tinha que dizer, eu não gostei disso não, falei na hora, isso cria é intriga entre a gente porque tem gente que não concorda (CARLOS, 38 anos).

(...) muitas vezes vem aqui atiçar a gente e quando tá lá na frente dos representantes tiram o corpo fora (ELIAS, 45 anos).

(...) foram muitas promessas, agora o povo aqui são mais desconfiados, quando chega alguém aqui já analisam bem, às vezes nem acredita mais (FRANCISCO, 51 anos).

Para essa análise consideram-se os atores responsáveis pela instrumentalização, como descreve o conhecimento perito mencionado por Giddens (1991), o grau de confiança torna-se variável em situações de risco como uma proteção contra perigos. Ainda segundo este autor:

O conhecimento (que deve geralmente ser compreendido como "reivindicações de conhecimento") reflexivamente aplicado à atividade social é filtrado por quatro conjuntos de fatores:

Poder diferencial. Alguns indivíduos ou grupos estão mais prontamente aptos a se apropriar de conhecimento especializado do que outros.

O papel dos valores. Os valores e o conhecimento empírico se vinculam através de uma rede de influências mútuas.

O impacto das conseqüências não-pretendidas. O conhecimento sobre a vida social transcende as intenções daqueles que o aplicam para fins transformativos.

A circulação do conhecimento social na hermenêutica dupla. O conhecimento reflexivamente aplicado às condições de reprodução do sistema altera intrinsecamente as circunstâncias às quais ele originariamente se referia. (GIDDENS, 1991, p. 52).

Com isso, observou-se que à medida que esses atores buscam outros conhecimentos são ainda mais capazes de refletir sobre como essas informações são capazes de incidir sobre suas próprias realidades. Mesmo com pontos de divergências, como observado no Capítulo 2, a comunidade também apresenta pontos de solidariedade e cooperação, de acordo com Maldonado: "O mar não só sugere riscos e conflitos, como exige que haja harmonia entre os pescadores, para que a cooperação tenha lugar" (MALDONADO, 1994, p. 80); essa característica importante do modo de vida no mar é também aliada na luta pelos direitos da comunidade.

3.2 CONFLITOS EM TORNO DOS IMPACTOS GERADOS PELA AÇÃO HUMANA

Nessa sessão foram reunidos conflitos de influências globais, para Little (2012) no grupo dos conflitos em torno dos impactos socioambientais gerados pela ação humana estão inseridas questões como a contaminação dos rios e do ar e desmatamento, ou seja, a natureza é modificada de forma desarmônica, o que afeta os povos tradicionais e sua subsistência.

Toda atividade humana na natureza gera impactos que se relaciona em cadeia de forma complexa, essa relação que os problemas ambientais possuem com todas as formas de vida e de tipos de sociedades dificulta uma separação por categorias, assim, a separação por grandes grupos de conflitos parte da perspectiva da autora deste trabalho de facilitar as análises, neste tópico são levantados conflitos apontados pelos pescadores que são percebidos em várias áreas da comunidade e que muitas vezes nem os próprios pescadores conseguem identificar a causa ou solução (Quadro 6), pois como aponta a fala de Elias (45 anos), “depende da consciência de cada um”.

Quadro 7: Identificação dos conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana

Conflito	Depoimentos
Desmatamento	<p>“os cajueiro e muricizeiro se acabando tudo aí, daqui uns dias tem mais é nada” (Benedito, 54 anos).</p> <p>“tem muita gente daqui que faz queimada também, esse desmatamento ninguém fala né?” (Elias, 45 anos).</p> <p>“eu quis foi chorar quando eles (trata da construção das empresas de energia eólica) arrancaram os cajueiros de lá” (Manoel, 45 anos).</p>
Resíduos Sólidos	<p>“chega muito lixo na praia, tem lixo do mundo todo aqui, a Pedra do Sal fica de um lado que a corrente traz (refere-se a posição geográfica e as correntes marinhas)” (Benedito, 54 anos).</p> <p>“tem gente aqui que mora mais pra dentro e o carro de lixo não chega até lá, aí acha mais fácil queimar (...) onde era a lagoa como tá seca fica uns porco comendo o lixo que o pessoal joga...” (Carlos, 38 anos).</p> <p>“fica muito sujo na praia, limpeza da prefeitura também não chega em todo lugar, as vezes a gente se junta e dá uma geral por aqui” (Manoel, 45 anos).</p>

Diminuição do Pescado	<p>“quando a gente fala que o peixe tá diminuindo é tanto o tamanho quanto a quantidade” (Francisco, 51 anos).</p> <p>“antes a gente trazia cada camurupim grande que fazia era medo virar as canoas, hoje nós passa mais tempo lá pra voltar com uns peixe pequeno” (José, 65 anos).</p>
Água	<p>“o problema tá sendo que as pessoas tem poços em casa, as vezes cavam fossas (refere-se a fossas sépticas) sem saber e a gente sabe que polui” (Francisco, 51 anos).</p> <p>“se desse um inverno bom as lagoas voltavam tudo (...) é até perigoso porque botaram eólica dentro de lagoa aterrada, mas não adianta não a natureza vem com tudo” (Pedro, 52 anos).</p>

Fonte: Autora, 2017.

O desmatamento na comunidade para extração de madeira, construção de residências, empresas, estradas ou grilagem são comuns na comunidade, a percepção dos pescadores quanto a essa prática é negativa, com a diminuição da vegetação nativa os moradores tem cada vez menos possibilidade de usufruir de seus benefícios, esses pescadores compreendem que a vegetação possui papel fundamental na sobrevivência da biodiversidade, regulação do clima e garantia de qualidade dos lençóis freáticos e do solo.

Quanto aos resíduos sólidos mais citados pela comunidade foram o da atividade turística, o que as correntes marinhas arrastam e depositam na praia e o produzido pela própria comunidade, o tratamento adequado para o lixo tem é um problema nacional, para as comunidades se torna ainda mais complicado pela complexidade do poder público no recolhimento desse lixo, segundo os pescadores o lixo atrai animais e insetos que podem propagar doenças (Figura 14).

Figura 14: Animais na faixa de praia comendo resíduos dos bares



Fonte: Autora, 2017.

Já no item diminuição do pescado estão reunidos alguns problemas relatados pelos pescadores, primeiro é que algumas espécies estão cada vez mais difíceis de serem capturadas como o camurupim, camarão, pescada branca, serra, entre outros, depois a quantidade de peixes que antes era capturado hoje exige um tempo bem maior e por fim o tamanho dos peixes capturados que estão cada vez menores.

Segundo Francisco (51 anos) antes na costa da Praia Pedra do Sal era possível observar muitos barcos de arrastos, representantes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e Capitania dos Portos e Marinha organizaram uma fiscalização nessa área para evitar esse tipo de prática, Francisco só tem conhecimento de uma única vez ter ocorrido essa fiscalização, para ele a diminuição dos grandes cardumes é o principal motivo para esses barcos terem se afastado da costa e isso pode ser temporário.

A pesca industrial apresenta pontos conflituosos com a pesca artesanal, enquanto a capacidade de pesca e a tecnologia utilizada pela pesca industrial ameaçam a costa com o aparecimento da sobrepesca (esgotamento de pescados), a pesca artesanal tem se transformado para se adaptar ao mercado e tornar-se

competitivas, porém, essa nova realidade pode se tornar predatória, segundo Diegues:

Cada vez mais, as chamadas pescas tradicionais artesanais foram incorporadas ao mercado e uma das conseqüências desse processo foi uma maior especialização numa só atividade e o abandono de outras. O efeito combinado da expansão da pesca industrial e as transformações na pesca artesanal têm levado freqüentemente à sobrepesca (DIEGUES, 2004, p. 37).

Alguns relatos de pescadores que tem práticas incorretas de pesca foram percebidas no processo de pesquisa deste trabalho, isso significa que esses pescadores tem consciência que algumas formas de pesca podem ser predatórias por conhecer a dinâmica do mar e seu ciclo necessário para se reestabelecer, o desequilíbrio desse ciclo pode significar problemas para a atividade da pesqueira atingindo os próprios pescadores, porém é não parece correto culpar os pescadores artesanais por esse desequilíbrio, pois segundo Silva a crise na pesca tem uma abrangência nacional e tem vários responsáveis como:

(i) o crescimento desordenado da atividade ao longo da história, (ii) o esforço focado nos recursos marinhos e concentrado num pequeno grupo de recursos tradicionalmente explorados, (iii) a falta de planejamento do setor, (iv) a reduzida produtividade da costa brasileira, (v) a abundância relativamente baixa dos recursos pesqueiros marinhos (vi) o uso de métodos inadequados de captura, sendo muitas vezes predatório, (viii) o desconhecimento do potencial produtivo e das características biológicas básicas de muitos recursos, (ix) poluição costeira por ação antrópica (x) setor produtivo com baixo nível de conscientização dos limites naturais de exploração sustentável, (xi) a política pesqueira e incentivos econômicos centralizados na pesca industrial, entre outros (SILVA, 2014, p. 13).

Além disso, Silva (2014) também explica que outros fatores são influenciadores na diminuição dos estoques pesqueiros devendo ser considerados como as mudanças climáticas, a variação no nível do mar e na temperatura dos oceanos com impactos na produtividade primária e em habitat específicos (ex. branqueamento de corais) contribuindo, de forma global, para agravar ainda mais a situação. Apesar de tudo, Diegues (1994) considera que a pesca artesanal no Brasil ainda possui papel importante na conservação da biodiversidade.

Por fim, a grande questão da água potável para consumo das famílias da Comunidade Pedra do Sal, em primeiro foi mencionado pelos moradores locais que o abastecimento de água apresenta muitos problemas, relatos inclusive de alguns períodos essas famílias ficarem vigilantes no período da noite que é onde o

abastecimento se regularizava, muitos ainda não possuem caixa d'água ou poços. Sobre os poços, Fernando (51 anos) alerta para a qualidade dessa água que segundo ele é salobra e pode sofrer contaminações devido à construção de fossas sépticas.

Por fim, certamente existiu uma dificuldade por parte destes pescadores na reflexão dos envolvidos no grupo dos conflitos em torno dos impactos socioambientais gerados pela ação humana, ora culpavam os próprios moradores, hora culpavam instituições em seus três níveis de governo (municipal, estadual ou federal), hora refletiam sobre suas próprias ações ou de colegas de profissão, e hora percebiam que esses poderiam ser problemas globais.

O que não se pode negar é que existe uma simbiose entre comunidades tradicionais e a natureza, “tanto no campo das atividades do fazer, das técnicas e da produção, quanto no campo simbólico” (DIEGUES, 2001, P.61), portanto, considerando esta simbiose entre pescadores e natureza e sua importância para a conservação desses locais, conclui-se que a reflexão dos pescadores a respeito de suas práticas e de como os agentes externos interferem sobre suas práticas é fundamental para a continuidade e reprodução do seu modo de vida.

3.3 CONFLITOS EM TORNO DE VALORES E MODO DE VIDA

Por fim, o terceiro grupo dos conflitos socioambientais, segundo Little (2004) estão aqueles em torno de valores e modo de vida, isto é, conflitos envolvendo o uso da natureza cujo núcleo central reside num choque de valores ou ideologias. Nesse grupo foram localizados para melhor análise os conflitos causados por valorações diferentes que são dados por cada um dos atores envolvidos ao mesmo recurso natural.

Para o Estado a Praia Pedra do Sal pode significar fonte de “desenvolvimento” econômico para o estado, com a estruturação da atividade turística e do seu potencial de geração de energia eólica, para instituições com princípios ambientalistas podem significar uma área de relevante interesse ambiental e ecológico, para visitantes um importante local de lazer, mas quando questionado aos entrevistados o que o mar e a praia significam para eles, percebe-se como essas questões são relativas (Quadro 7).

Quadro 8: Elementos de valoração do espaço utilizado pela comunidade

Entrevistado	Depoimentos
Antônio	“o mar mostra a grandiosidade de Deus”
Carlos	“sobrevivência (pausa) é isso que o mar significa pra gente aqui”
Domingos	“O pessoal diz que essa Pedra do Sal nunca vai pra frente, pra quê ir pra frente? A gente não vivia tão bem aqui antes?”
Francisco	“aparece as coisas boas mas por trás (pausa)...”
José	“pra mim a energia eólica é uma energia suja”
Manoel	“eu não quero seu emprego, eu quero que você não acabe com o meu”
Pedro	“o mar tem dois lados, um bom e um ruim, as vezes é fardo, as vezes é vida pra gente”

Fonte: Autora, 2017.

O valor que o território tem para a comunidade é muitas vezes incompreendido por agentes externos. O “viver bem” mencionado no depoimento de Domingos (62 anos) se contrapõe ao modo de vida urbano moderno instituído pelo capitalismo, ao projeto desenvolvimentista forma-se uma visão distorcida dos povos tradicionais, “dão-se os mais diversos elementos de desvalorização social: preguiçosos, nômades, improdutivos. Eles estariam representando um grupo 'insignificante' numericamente, que atrapalha os desígnios do progresso” (Acevedo & Castro, 1993, p. 207).

O que precisa ser reconhecido é a importância que o modo de vida dos povos tradicionais possui para a conservação desses espaços, de acordo com Diegues:

Há ainda mitos, valores e normas e interdições comunitárias que regulam o acesso aos recursos naturais, impedindo sua degradação. Essas normas existem tanto em ecossistemas terrestres (períodos de interdição da caça) e costeiros (limitação de períodos, acesso aos recursos controlado pelo "segredo") (Diegues, 2001, p.66).

A representação do mar com atribuição divina expressa em “o mar mostra a grandiosidade de Deus” (ANTÔNIO, 76 anos) tem relação direta com o respeito demonstrado pela comunidade a natureza que a rodeia, além disso, a “sobrevivência” citada por Carlos (38 anos) mostra que é a partir da dependência dos recursos naturais esses moradores constroem o seu modo de vida. Portanto, a importância das populações tradicionais:

(...) não se justifica somente pela proteção e pelo reconhecimento da grande bagagem de etnoconhecimento transmitido de geração em geração a respeito das condições naturais, pela necessidade de garantir seus direitos históricos a seu território, mas também como exemplos a serem

considerados pela civilização urbano-industrial na redefinição necessária de suas relações atuais com a natureza (Diegues, 2001, p. 72-73).

A partir da concepção que a comunidade possui fundamental importância para a área em estudo e que ela atribui valores diferentes dos valores expressos nos planejamentos desenvolvimentistas desse espaço, são necessários discutir a importância da construção participativa do Plano de Manejo da APA Delta do Parnaíba pensando na melhor forma de administração dos conflitos. De acordo com as entrevistas com os pescadores, foi possível identificar relação conflituosa com o ICMbio, órgão responsável pela criação do plano (Quadro 9).

Quadro 9: Identificação dos conflitos em torno do Plano de Manejo da APA Delta do Parnaíba

Conflito	Depoimentos
Criação do Plano de Manejo da APA Delta do Parnaíba	<p>“agora se fala aí sobre a APA... eu sei como é isso aí, eles consultam umas duas ou três pessoas e colocam lá e pronto, vão já dizer que o povo daqui vão ser ouvido? Da é medo de ir lá participar e depois ser mais uma coisa pra prejudicar a gente” (Elias, 45 anos).</p> <p>“a gente esperava uma compensação ambiental das eólicas, só que ela nunca vinha, depois o que foi explicado por eles foi que essa compensação ia ser entregue ao ICMbio (...) o que estamos sabendo é que vai ser construído o prédio do ICMbio e feito esse plano de manejo ... se fala também em criar reserva essas coisas...” (Francisco, 51 anos).</p> <p>“a gente sabe que o plano da APA é mais um documento pra ajudar a gente a se proteger, só que foram muitas promessas, muito direito da gente negado ou simplesmente desprezado, agora fica todo mundo desconfiado” (Francisco, 51 anos).</p> <p>“a gente achava que esse dinheiro ia ser usado aqui comunidade, já que somos nós que fomos prejudicados, achei que iam colocar aqui, na saúde ou pra melhorar nosso problema da água, criar um lugar pra gente se reunir aqui, um salão uma coisa, alguma melhora pra gente... ajudar na regularização das terras... (sobre a compensação ambiental)” (Manoel, 45 anos).</p>

Fonte: Autora, 2017.

Segundo observado, existe um conflito com o ICMbio devido a burocratização da compensação ambiental paga pelas empresas eólicas, esse conflito insita questionamentos em muitas áreas de atuação do órgão ambiental, um deles é a criação do Plano de Manejo ou a concessão das licenças ambientais aos grandes empreendimentos.

É necessário lembrar que o plano de manejo é documento obrigatório para UC's, deve ser elaborado a partir de uma série de estudos e diagnósticos de uma determinada UC e contemplar normas, restrições de uso e manejo dessas áreas, ele também trata de implantação de empreendimentos e de zoneamento de áreas de uso, historicamente a criação de unidades de conservação enfatiza a manutenção dos processos ecológicos em detrimento de populações tradicionais residentes, como observado por Diegues (2001), observa-se, porém, uma crescente preocupação na inserção dessas comunidades na gestão dos seus territórios inclusive como forma de controlar tensões entre órgãos ambientais e moradores.

O Plano de Manejo da APA Delta do Parnaíba vigente contempla informações coletadas nos anos de 1995 e 1996 (BRASIL, 1996), portanto as informações são desatualizadas necessitando de reformulação, na designação de normas, restrições e usos que sugere o documento começa a se revelar, através da fala dos pescadores, tensões tanto com a atuação do órgão e criação do documento, quanto a disputa de diferentes atores sociais pela apropriação e gestão dos recursos naturais e pelas diferentes valorações que esses atores dão ao território.

Tendo em vista as limitações das contribuições da própria ciência, deveria haver um esforço maior em se integrar o etnoconhecimento das populações tradicionais nos planos de manejo. Ademais, em áreas onde existam comunidades tradicionais, é imperioso que estes planos de manejo percam seu caráter autoritário e tecnocrático, passando a ser um processo de integração gradativa do conhecimento, dos fazeres e das técnicas patrimoniais nas tomadas de decisões sobre o uso do espaço por longo tempo habitado e usado pelo morador tradicional (Diegues, 2001, p.72).

Como foi apresentado, a Pedra do Sal apresenta uma diversidade de grupos e atividades que apresentam diferentes interesses, como o grupo interessado pelos grandes empreendimentos (que englobam empresários e setores governamentais), o grupo envolvido com a especulação imobiliária (como compradores, donos de terras e políticos da região), grupos interessados com o desenvolvimento do turismo (como alguns moradores, donos de bares, comerciantes, donos de casas de veraneio e órgãos municipais ou estaduais), pescadores artesanais e outros, evidenciando o desafio da atuação de instituições para a elaboração do documento.

A percepção dos entrevistados é que a disputa de grupos com atividades incompatíveis à pesca artesanal pode ser uma ameaça a sua subsistência e qualidade de vida. Isso coloca em evidencia o papel da reflexividade nas falas dos

pescadores em relação aos riscos que as instituições modernas podem lhes oferecer, isso se reflete também nas situações de desconfiança e insegurança instaurada por autoridades e especialistas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi elaborada de acordo com a perspectiva dos pescadores artesanais, considerando que, mesmo com a atual diversificação de atividades existentes em seu território, a pesca ainda é a principal atividade de subsistência da Comunidade Pedra do Sal.

Na percepção desses pescadores, os conflitos socioambientais que interferem no seu modo de vida, através da produção e reprodução das relações com: o mar, a terra, o trabalho, a família, as crenças e a sua sociabilidade intra e interlocal estão inter-relacionados, a análise apresentou uma forte inquietação e angústia quanto a incerteza da moradia, segundo a própria reflexão desses atores, a questão fundiária seria uma porta de entrada para outros muitos problemas vividos pela comunidade como Instalação de grandes empreendimentos, aceleração da especulação imobiliária, processo de urbanização desordenada e cada impacto que estes causam a subsistência das famílias da Pedra do Sal.

Seguindo a metodologia a etnografia do conflito socioambiental proposta por Little (2004), houve a classificação dos conflitos socioambientais vividos pela comunidade em três grupos de análise: (1) conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais; (2) conflitos em torno dos impactos (sociais ou ambientais) gerados pela ação humana; e (3) conflitos em torno de valores e modo de vida, nessa separação. Nos três grupos, notou-se que um choque entre o modo de vida da comunidade e o projeto moderno de desenvolvimento sustentável, sustentabilidade essa que é questionada várias vezes pelos próprios pescadores.

Ao identificar conflitos socioambientais vividos por pescadores artesanais na Comunidade Pedra do Sal (PI), de acordo com a percepção dos próprios pescadores percebeu-se que, diferente dos pressupostos iniciais da presente pesquisadora, essa comunidade passa por um período de busca por informação e instrumentalização muito forte. Esses pescadores falam em violação de direitos constitucionais, questionam aforamento de terras e provocam a atuação das instituições.

O que se observou, é que a conexão da comunidade com seu território e a exposição a situações que oferecem ameaça ou riscos a sua sobrevivência lhes proporcionam uma reflexividade no posicionamento crítico diante dos conflitos

vividos. Apesar de ter sido afirmado pelos pescadores de existir uma divergência de opiniões entre os membros da comunidade a respeito desses conflitos, estudo revelou muitos pontos em comum entre as falas dos entrevistados.

Os pontos em comum também foram percebidos nas falas desses pescadores quando questionado sobre a solidariedade entre os moradores, o fato de praticamente todos os entrevistados mencionarem o “a gente se junta” diante de uma adversidade, significa que intuitivamente eles percebem que a força dessa comunidade está na união dessas opiniões, esta união pode estar aguardando para eclodir em algum momento como forma de resistência organizada.

A própria desconfiança instalada após vários acontecimentos e interferência nas discussões dos conflitos, pode significar estratégia de repensar sobre como suas ações tem influenciado no entendimento dos conflitos e busca de soluções para as demandas da comunidade.

De acordo com Little, (2002, p.268), as “as novas condutas territoriais por parte dos povos tradicionais criaram um espaço político próprio, no qual a luta por novas categorias territoriais virou um dos campos privilegiados de disputa” a atual lei brasileira, por exemplo, é resultado da necessidade de ajustamento com a realidade dessas comunidades, e a aplicação da mesma ainda exige luta pelo reconhecimento inclusive da Comunidade Pedra do Sal como forma territorial de povo tradicional.

De um modo geral, a identificação de conflitos socioambientais vivenciados por pescadores artesanais na Pedra do Sal demonstrou profunda ameaça a todo um modo de vida de uma atividade tradicional, até a finalização da pesquisa os atores entrevistados não pareceram perceber pontos de solução desses conflitos, como se ainda aguardassem o ápice dessas tensões, mas que apesar de tudo apresentam perspectiva positiva.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, R. & CASTRO, E. **Negros do Trombetas: guardiães de matos e rios**. Pará: UFPA/NAEEA, 1993.

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (Org). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ALMEIDA JUNIOR, A. R. de. **A ideia de Corpo: Suas relações com a Natureza e os Assuntos Humanos**. In: CAVALCANTI, Clovis (org). Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução L. de A. Rego & A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2006.

BECK, U. (1986) **La sociedad del riesgo – hacia una nueva modernidad**. Barcelona: Paidós. 2006.

_____. Risco, confiança, reflexividade. In: GIDDENS, Antony, BECK, Ulrich e LASH, Scott. **Modernização reflexiva – política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, Jean-Claude e PASSERON, Jean-Claude. **O Ofício de Sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. **Avaliação ambiental estratégica do Prodetur nacional no estado do Piauí, Polo Costa do Delta e Polo das Origens**. Vol II. 2010. Disponível em < http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/AVALIACAO_AMBIENTAL/PI/AE_PI.pdf> Acesso em < 10. Out. 2016.

_____. Lei 11.959, de 13 de junho de 2008. **Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8o da Constituição Federal e revoga dispositivo do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11699.htm > Acesso em 05. mar. 2017.

_____. Lei 11.699, de 29 de junho de 2009. **Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm> Acesso em 05. mar. 2017.

_____. República Federativa do Brasil. Decreto s/n de 28 de Agosto de 1996. **Criação da Área de Proteção Ambiental (APA)**, denominada Delta do Parnaíba.

1996. Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1996/Dnn4368.htm
 > Acesso em: 08 nov. 2016.

_____. CPRM – Serviço Geológico do Brasil. **Geodiversidade do Estado do Piauí**, 2010. Disponível em:
 <http://www.cprm.gov.br/publique/media/Geodiversidade_PI.pdf> Acesso em: 20 de nov de 2017.

BRUNDTLAND, Gro Hatlem & KHALID, Mansour; COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991.

CARNEIRO, Maria José. **Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica**. In. _____. (Coord.). *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2012.

CARNEIRO, Maria José. **Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa**. In. MOREIRA, Roberto José e COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (orgs). *Mundo Rural e Cultura*. Rio de Janeiro: Mauad, p. 223-240. 2002.

CARVALHO, Marcos de. **O que é natureza**. Editora Brasiliense: Coleção Primeiros Passos. 2. ed. São Paulo, 2003.

CECI, Daniel Rubens; Kassmayer, Karin. **O direito ambiental na sociedade de risco e o conceito de Justiça Ambiental**, 2009. Disponível em:<
<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT11-1015-886-20080510203835.pdf> >. Acesso em 05 nov 2016.

COSTA, A. SERAINE, W. **Eficiência na Produção de Energia Eólica no Litoral do Piauí**. Disponível em
 <<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/240/198>> Acesso em: 12. out. 2016.

DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo. Atlas, 2003. 208p.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. São Paulo : Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

_____. **A Sócio-Antropologia das Comunidades de Pescadores Marítimos no Brasil**. Etnográfica, Vol. III (2), pp. 361-375, 1999.

_____. **Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

_____. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da**

natureza nos trópicos. 2ed. Coleção Ecologia e Cultura. São Paulo: Hucitec, 2000.

ESTEVA, G. **Desenvolvimento.** In: SACHS, W (orgs). Dicionário do desenvolvimento: guia para conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000

FREITAS, Carlos Machado de. A contribuição dos estudos de percepção de risco na avaliação e gerenciamento de riscos relacionados aos resíduos perigosos. In: SISINNO, Cristina Lúcia Silveira e OLIVEIRA, Rosália Maria de. (Org.) **Resíduos sólidos, ambiente e saúde: uma visão multidisciplinar.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000.

GARCEZ, D.S. & SÁNCHEZ-BOTERO, J.I. **Comunidades de pescadores artesanais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil.** Rio Grande: Atlântica, 2005.

GEHLEN, V. R. F. **O Espaço Rural na Contemporaneidade.** In: CALISTRE, A. B. e FIALHO, N. A. (Org). Cátedras Para o Desenvolvimento: Patronos do Brasil. Rio de Janeiro, Ipea, 2014.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** LTC: Rio de Janeiro, 1989.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade.** São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

_____. **As conseqüências da modernidade.** Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.

_____. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, Antony, BECK, Ulrich e LASH, Scott. **Modernização reflexiva – política, tradição e estética na ordem social moderna.** São Paulo: UNESP, 1997.

_____. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro; Zahar, 2002.

_____. **A constituição da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GUIVANT, J. S. **A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia.** Rio de Janeiro. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, UFRRJ, Nº16. Abr 2001.

HERCULANO, Selene. **Sociologia Ambiental: ORIGENS, enfoques metodológicos e objetos.** Revista Mundo e Vida: alternativas em estudos ambientais, ano I, nº 1, UFF/PGCA-Riocor, 2000, pp. 45 – 50.

LITTLE Paul Elliot. **A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas.** In: ENCONTRO NACIONAL PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2., 2004, Indaiatuba. Anais... Belém: ANPPAS, 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT17/gt17_little.pdf>.

Acesso em: 17 nov. 2017.

_____. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil:** por uma antropologia da territorialidade. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2002.

MALDONADO, S. A. **Caminho das Pedras: Percepção e Utilização do Espaço Na Pesca Simples.** In A. Diegues (ed.) Imagem Das Águas. Hucitec / Nupaub. 2000.

MANESCHY, M.C. **Mulheres na pesca artesanal: percepção e estatuto.** In: Coleção Eduardo Galvão, Belém: 2000.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social.** Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARÉS, Carlos Frederico. **Introdução ao Direito Socioambiental.** In LIMA, André (Org.). O Direito para o Brasil Socioambiental. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2002.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa.** Editora Atlas S. A, 6ª ed. São Paulo, 2007.

MENDES, J. M. **Sociologia do Risco: uma breve introdução e algumas lições.** Universidade de Coimbra. 2015. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/nicif/riscos/pub/src/SRCII/Sociologia_do_risco.pdf> Acesso em: 16 out 2016.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Trajectoria da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico.** Revista Estudos Avançados. vol. 26, nº. 74, São Paulo, 2012.

O'CONNOR, James. **Es posible el capitalismo sostenible?** In: Ecologia política, naturaleza, sociedad e utopia. Clacso, 2002.

OLIVEIRA, P.; V.; S. **Mar à venda: pescadores e turismo no “Piauí Novo” (anos 1970).** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História. Guarulhos. 2017.

PÁDUA, José Augusto; LAGO, Antônio. **O que é ecologia.** Editora Brasiliense: Coleção Primeiros Passos. São Paulo, 2004.

PEREIRA, Maria Odete da Rosa. **Educação ambiental com pescadores. Artesanais: um convite à participação.** Práxis Educativa, Ponta Grossa, PR, v. 3, n. 1, p. 73-80, jan.-jun. 2008.

PORTO, Marcelo Firpo. **Por uma ecologia política dos riscos – princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

_____. Saúde pública e (in) justiça ambiental no Brasil In: ACSELRAD, Henri., HERCULANO, Selene e PADUA, José Augusto(Orgs). **Justiça Ambiental e cidadania**. 2ª ed. Rio de Janeiro, 2004.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **“Ah, esse povo do mar!”: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana**. São Paulo: Polis; Campinas/SP: CERES, 2006.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. Editora Brasiliense: Coleção Primeiros Passos. São Paulo, 2004.

ROCHA, R. R. N.; SOUZA, L. I.; SILVA, K.P. **A histórica territorialização da Ilha Grande de Santa Isabel/PI e Praia da Pedra do Sal/PI**. In: VII Seminário Internacional Dinâmica Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, 26 a 28 de agosto de 2015. Anais. Salvador: UCSAL. 2015.

SACHS, W. **Introdução**. In: Dicionário do desenvolvimento: guia para conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, p 11-17, 2000.

SILVA, Glaucia. **Tudo o que tem na terra tem no mar: A Classificação dos Seres Vivos Entre Os Trabalhadores da Pesca em Piratininga, RJ**. In A. Diegues (ed.) Imagem das Águas. Hucitec/Nupaub. 2000.

SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. **Percepção de risco e conflito socioambiental : um estudo sobre a instalação de um aterro sanitário em área de assentamento rural em Igarassu, Pernambuco**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Recife. 2011. f. 263.

TEIXEIRA, I. M. R.; **O Conceito de Território e seu Emprego nos Estudos Sobre Migrações: contribuições geográficas para a Sociologia**. DIALOGUS, Ribeirão Preto, v.4, n.1, 2008.

APENDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**



Roteiro base para entrevista semiestruturada realizada com pescadores artesanais da comunidade Pedra do Sal no município de Parnaíba no Piauí para análise da percepção sobre conflitos socioambientais dos pescadores artesanais na comunidade.

PESQUISADORA: MAYARA MAIA IBIAPINA DATA: ____/____/____
CÓDGO DO INFORMANTE: _____ ENTREVISTA Nº: _____

1. PERFIL DO ENTREVISTADO

1.1 Sexo () Masculino () Feminino;

1.2 Idade: _____;

1.3 Escolaridade: _____;

1.4 Estado Civil: _____;

1.5 Local e data de nascimento: _____;

1.6 Há quanto tempo reside nesta Comunidade? _____;

1.7 Grau de instrução:

- () Analfabeto
- () Ensino Fundamental Incompleto (menos que a 8a série)
- () Ensino Fundamental Completo (8a série completa)
- () Ensino Médio Incompleto (menos que a 3a série do 2º grau)
- () Ensino Médio Completo (3a série do 2º grau)
- () Superior Incompleto
- () Superior Completo
- () Outros

1.8 Curso de Aperfeiçoamento / Qualificação:

- () Não
- () Sim

Qual? Local? Duração? _____.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA

2.1 Qual a principal área de trabalho:

- () Pesca em alto mar
 () Pesca somente na baía
 () Outros: _____;

2.2 Trabalha embarcado?

- () Não
 () Sim

2.3 Qual tipo de embarcação: _____;

2.4 Própria () Sim () Não;

2.5 Frequência de trabalho / saídas para pesca / horas de trabalho _____
 _____;

2.6 Quais são os seus apetrechos que você usa para pescar?

- () Rede
 () Anzol
 () Tarrafa
 () Barco
 () Outros, quais? _____;

2.7 Que fatores importantes, na sua opinião, poderiam melhorar as suas condições de trabalho? _____;

2.8 Você acha que o sucesso na pescaria acontece porque:

	Sim	Não	Não importa
a) Investem constantemente			
b) Diversificam os apetrechos			
c) Porque têm uma boa técnica			
d) Porque utilizam muita tecnologia			
e) Participam de organizações associativas, cursos de formação, etc.			
f) Estão atentos aos preços do mercado			
g) Têm uma grande família			
h) Têm uma renda externa			
i) Se organizam com outros pescadores			
j) Se utilizam do empréstimo sempre que possível			
l) Trabalham com outra atividade			

2.8 Em seu ambiente de trabalho existe algo que prejudique a sua saúde

- () Não
 () Sim, o que? _____;

2.9 Você tem recebido o seguro desemprego na época do defeso?

() Sim, qual o período? _____;

() Não, por quê? _____;

2.10 Quais os peixes mais pescados? _____;

2.11 Quais peixes pescava antigamente e não pesca mais hoje? _____

_____;

3 RELAÇÃO TRABALHO, TERRA E MAR

3.1 Com que idade você começou a trabalhar? _____;

3.2 Quais as profissões que você já exerceu? _____;

3.3 Profissões atuais: _____;

3.4 Possui cultivo? () Sim () Não Quais? _____;

3.5 Porque você é pescador? _____;

3.6 Há quanto tempo você trabalha como pescador? _____;

3.7 Relação de trabalho – Como você realiza seu trabalho:

() Registro em carteira de trabalho;

() Sociedade com outros pescadores;

() Sociedade com familiares;

() Individual

() Cooperativa

() Outros: _____;

3.8 Você tem/teve empregados temporários?

() Não

() Sim, Como era essa relação? Assalariada? _____

_____;

3.9 É associado?

() Não

() Sim

Caso positivo: () Associação () Sindicato () Colônia () Outros

Nome da(s) Instituição (s): _____;

3.10 Você percebe mudanças desde que começou a profissão da pesca? _____

_____;

3.11 Quais as maiores dificuldades ao realizar a pesca? _____

_____;

3.12 Como são passados os conhecimentos da pesca para pescadores iniciantes?
_____;

3.13 Você consome ou vende o pescado? Qual o peixe preferido da família?
_____.

4 RELAÇÃO COM FAMÍLIA E A LOCALIDADE

4.1 Quantas pessoas moram com você? _____;

4.2 Qual a profissão de cada um na sua família? _____
_____;

4.3 Sua família ajuda na pesca? _____;

4.5 Tem filhos são pescadores? _____;

4.6 De onde sua família é originária? _____;

4.7 Tinha alguém na sua família que era pescador antes de você? Quem? _____
_____;

4.8 Há mais familiares que trabalham na pesca? _____;

4.9 Desde quando se instalou nessa comunidade. Você ou sua família recebeu algum subsídio ou auxílio do Estado/governo? Se sim, qual? Em que esses auxílios ajudaram efetivamente? _____
_____;

4.10 Você tira férias? Se sim, de quanto tempo (mais de uma semana, 1 semana, 15 dias, mais de 15 dias)? _____;

4.11 Seus amigos comuns são (se necessário marcar mais de uma opção):

- Familiares;
- dos vizinhos;
- locais entre comunidades;
- Profissional.

4.12 Qual é a profissão de seus 2 melhores amigos? _____;

4.13 Sua família vive melhor:

- Por causa dos vizinhos;
- De sua comunidade;
- Por viver fora da comunidade;
- Não sei.

4.14 Se você tem grandes problemas em sua casa, ou de doença, poderia contar com a ajuda dos vizinhos? Quais _____;

4.15 Você tem responsabilidades na comunidade? Por quê? _____
_____;

4.16 Você participa, geralmente, de alguma manifestação na comunidade? _____
_____;

4.17 Você vota nas eleições:

Não

Sim: Em quais: municipal, estadual, nacional.

4.18 Você acha que na sua região, existem muitas diferenças entre os pescadores?
Quais e Por quê? _____
_____;

4.19 Você concorda ou discorda das seguintes afirmações:

	Sim	Não	NS
É difícil ter amigos verdadeiros aqui			
É difícil para os moradores da comunidade fazer algo juntos			
Se alguém honesto e trabalhador não vive como todo mundo, ele é deixado de lado pelos habitantes da comunidade			
Aqui, as pessoas só estão interessados nos seus próprios assuntos			
As pessoas aqui gostam de criticar os outros			

4.20 Aqui como em qualquer outro lugar, não há dúvida que existem discordâncias entre as pessoas. Nesse sentido, você pode citar uma que parece ser muito importante. _____

_____;

4.21 Em sua região, na sua opinião, qual desses grupos abaixo você acha que tem maior influência sobre a vida local:

Os pescadores

Os proprietários fundiários (ou grandes proprietários)

Os artesãos-comerciantes

Os partidos políticos

Os industriais, a cooperativa

Os padres, as irmãs

Professores – funcionários públicos

4.23. Você percebe problemas da comunidade afetando sua família? Como? _____.

5 RELIGIOSIDADE, CRENÇAS E RISCOS AMBIENTAIS

5.1 Qual sua religião ou crença? _____;

5.2 Qual sua participação na sua religião (igreja, terreiro ou outros)? _____

_____ ;
 5.3 Você acredita em alguma crença diferente da sua religião? _____

_____ ;
 5.4 Como você percebe a ligação da sua crença com a natureza? _____

_____ ;
 5.5 Faz alguma oração, gesto, alguma mania antes de ir trabalhar? _____

_____ ;
 5.6 Você percebe alguma diferença na sua religião nos últimos anos? _____

_____ ;
 5.7 Como igreja discute sobre as questões ambientais da comunidade? Como?

_____.

6 PESCADORES, RISCOS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS COM O MODO DE VIDA NO MAR

6.1 O que o mar significa para você? _____ ;

6.2 O que o mar significa para sua família? _____ ;

6.3 O que o mar significa para sua comunidade? _____ ;

6.4 Liste quais problemas (econômicos, sociais ou ambientais) você tem percebido nos últimos anos na sua comunidade? E como cada um dele interfere na sua vida e na comunidade: _____ ;

6.5 Liste ações que comunidade tem feito algo a respeito? _____ ;

6.6 Qual seu posicionamento quanto a atuação dos órgão ambientais (se possível citar por instituição)? _____ ;

6.7 Qual seu posicionamento quanto ao plano de manejo da APA Delta do Parnaíba? _____.

6.8 Será que a atual política do Estado favorece somente certos grupos da Pesca? Se sim, qual/quais?

6.9 Você acha que os pescadores são capazes de influenciar a política ambiental do Estado? Por quê?

6.10 Se a situação ficar muito difícil. Você acha que pode contar com a ajuda do Estado? Por quê?

6.11 Na sua opinião, o futuro dos pescadores em sua região depende principalmente:

Dos próprios pescadores

Do Estado

Do mercado mundial

Outro, qual? _____;

6.12 Qual o período mais difícil no Brasil para os pescadores?

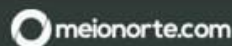
6.13 Pensando nos pescadores que vivem no Brasil, em que região você acha que eles vivem melhores?

6.14 Pensando nos pescadores que vivem no Brasil, em que região você acha que eles vivem piores?

6.15 Qual é o papel da pesca para o Brasil? _____

6.16 Qual é o papel da pesca para sua comunidade? _____

ANEXO A – REPORTAGEM SOBRE MANIFESTAÇÃO NA COMUNIDADE PEDRA DO SAL DO DIA 11 DE ABRIL DE 2015.



Blogs > Efrém Ribeiro

População interdita rodovia contra eólicas e resort na Pedra do Sal, litoral do Piauí

A comunidade interditou a PI-116 que interliga o centro comercial de Parnaíba a Praia da Pedra do Sal.

Dezenas de pessoas realizaram na manhã deste sábado (11/04) uma manifestação pacífica na comunidade da Pedra do Sal, litoral do Piauí. Eles são contra a construção de um resort na orla da praia e a ampliação do parque eólico.

A comunidade interditou a PI-116 que interliga o centro comercial de Parnaíba a Praia da Pedra do Sal. Segundo os moradores, a instalação das usinas eólicas aterra lagoas nativas, desmata vegetações locais e tira o direito deles de ir e vir em áreas que antigamente eram utilizadas para o extrativismo.

"Estamos reivindicando os nossos direitos. A eólica tem um slogan muito forte: sustentabilidade. Mas pra gente é que não é, pois eles estão destruindo a nossa vegetação, prejudicando as nossas lagoas e gerando apenas empregos temporários. Eles afirmam que geram empregos, mas não é fixo. Depois que ela se instala ninguém da comunidade fica trabalhando. E outra, não aguentamos mais o barulho que essas torres fazem. Estamos sufocados", desabafou a líder comunitária Norma Sueli.

Já a área do resort fica a 400 metros da orla da praia da Pedra do Sal. O investimento se deu após nove meses de estudos. Segundo a empresa responsável, o empreendimento contará com um condomínio, bangalôs, piscinas, restaurantes, entre outras acomodações de luxo. Só nesta primeira fase de articulação já foram gastos R\$ 8,5 milhões. Segundo informações dos moradores, a construção do resort tem previsão de gerar 131 impactos positivos e 189 negativos ao ambiente.

"Esse resort na realidade é um loteamento que está se instalando dentro de lagoas com peixes, e assim a gente não aceita. Outro problema é o kite surf que acaba afastando todo o nosso peixe aqui da costa, e com a chegada deste empreendimento irá aumentar a vinda desses esportistas. Estamos aqui defendendo o nosso direito de sobrevivência, enquanto eles estão enriquecendo com o seu capitalismo. E nós queremos democracia para sermos ouvidos pelas autoridades", afirmou o pescador Antônio de Pádua.

Durante o manifesto, uma barricada foi montada com redes de pesca e uma canoa. Os manifestantes ainda atearam fogo em entulho e pneus. O que gerou desconforto para alguns moradores. Policiais Militares, sob o comando do Tenente Wilton Alves, estiveram no local visando garantir a ordem pública. A via foi liberada por volta das 10h.



Fonte: Portal Meio Norte. **Disponível em:**

<<https://www.meionorte.com/blogs/efremribeiro/populacao-interdita-rodovia-contra-eolicas-e-resort-na-pedra-do-sal-litoral-do-piaui-313023>> **Acesso em:** 07 de dez de 2017.